

Ministério da Educação
Departamento do Ensino Secundário

PROGRAMA DE ECONOMIA A

10.º e 11.º anos

Cursos Científico-Humanísticos

Ciências Socioeconómicas

Formação Específica

Autores

António Pastorinho
Elsa Silva (Coordenadora)
Lúcia Lopes
Manuela Silvestre
Rosa Moinhos

Homologação

22/02/2001 (10º Ano)
05/03/2002 (11º Ano)

ÍNDICE

1ª PARTE – INTRODUÇÃO	3
2ª PARTE – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA	4
1. Finalidades e Objectivos da Disciplina	4
2. Visão Geral dos Conteúdos	6
- Esquema Conceptual dos Conteúdos	6
- Articulação Vertical dos Temas/Unidades Lectivas do Programa.....	7
3. Sugestões Metodológicas Gerais	8
4. Recursos	10
5. Avaliação	11
3ª PARTE – DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	13
10º Ano	13
- Esquema Conceptual dos Conteúdos	15
- Listagem dos Temas / Unidades Lectivas	16
- Desenvolvimento dos Temas / Unidades Lectivas	18
11º Ano	40
- Esquema Conceptual dos Conteúdos	42
- Listagem dos Temas / Unidades Lectivas	43
- Desenvolvimento dos Temas / Unidades Lectivas	45
4ª PARTE – BIBLIOGRAFIA E OUTROS RECURSOS	63
- Bibliografia	63
- Outros Recursos	67

PROGRAMA DE ECONOMIA A

1ª PARTE – INTRODUÇÃO

A disciplina de **Economia A** integra-se no tronco comum da Componente de Formação Específica do **Curso Geral de Ciências Sócio-Económicas**, com a carga horária semanal de 4,5 horas, tanto no 10º ano como no 11º ano.

Houve, assim, que alterar os programas anteriormente existentes em função do novo desenho curricular do Ensino Secundário mas, também, da experiência acumulada com a sua leccionação e dos objectivos que adiante se apresentam. Em síntese, pode afirmar-se que as opções assumidas no presente Programa (10º e 11º anos) resultaram da necessidade de:

- Reorganizar os conteúdos dos programas existentes, encurtando-os e diminuindo o seu peso teórico, conforme o parecer generalizado dos consultores científicos e pedagógicos e dos professores que os têm leccionado, em articulação com o esquema conceptual elaborado pelos autores.
- Articular o rigor dos conceitos e das abordagens com o nível etário dos destinatários dos programas e, ainda, com a sua função de iniciação a uma nova perspectiva científica.
- Promover a aquisição rigorosa de conceitos científicos e a sua utilização na análise da realidade a diferentes níveis.
- Integrar os factos económicos no contexto social mais amplo em que tiveram origem, evitando a aquisição de visões economicistas, insuficientes face à unidade da realidade social.
- Contribuir para o conhecimento articulado das diversas dimensões da realidade social.
- Dotar os alunos do Ensino Secundário (sobretudo os que pretendem continuar estudos nas áreas sócio-económicas) de conhecimentos básicos de Economia e de conhecimentos necessários à compreensão do mundo contemporâneo.
- Educar para a mudança, para o desenvolvimento e para a cidadania, conforme as grandes orientações da Lei de Bases do Sistema Educativo, em geral, e dos objectivos do Ensino Secundário, em particular.

Em termos de sequência dos conteúdos, optou-se por partir das realidades mais directamente conhecidas dos alunos para as mais distantes e/ou abstractas. É por esse motivo que o programa de Economia A (10º e 11º anos) privilegia as realidades portuguesa e da União Europeia na exemplificação e na aplicação dos conhecimentos, enquanto que o programa de Economia C (12º ano) privilegia a realidade mundial. Pretende-se, assim, um alargamento progressivo da escala de análise dos fenómenos sócio-económicos, à medida que o aluno progride no estudo da disciplina bem como na sua maturidade intelectual.

2ª PARTE – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

1. FINALIDADES E OBJECTIVOS DA DISCIPLINA

A iniciação ao estudo da Economia é hoje, no início do século XXI, indispensável à formação geral do cidadão português e da União Europeia, qualquer que seja o percurso académico que este venha a seguir.

De facto, a iniciação ao estudo da Economia permite:

- A aquisição de instrumentos fundamentais para o entendimento da dimensão económica da realidade social.
- A descodificação e a sistematização da terminologia económica, hoje de uso corrente, sobretudo nos meios de comunicação social.
- O desenvolvimento da capacidade de intervenção construtiva num mundo em mudança acelerada e cada vez mais global, mas onde as decisões a tomar são, quase sempre, nacionais e, muitas vezes, de natureza ou com implicações económicas.

Por outro lado, a leccionação de uma disciplina de Economia a nível do ensino secundário, sem que exista qualquer outra que lhe seja introdutória a nível do ensino básico, implica uma dupla função – a de iniciação a uma nova perspectiva científica e a de motivação para a eventual continuação de estudos nesta área.

Para além disso, a disciplina de Economia é uma disciplina privilegiada no contributo que pode dar para a formação adequada do aluno finalista do ensino secundário, nomeadamente no domínio do conhecimento e da compreensão do mundo contemporâneo e dos seus principais problemas.

Assim, **são finalidades da disciplina de Economia A**, no conjunto dos dois anos da sua leccionação:

- Perspectivar a Economia no conjunto das Ciências Sociais.
- Fornecer conceitos básicos da Ciência Económica.
- Promover a compreensão dos factos de natureza económica, integrando-os no seu contexto social mais amplo.
- Fomentar a articulação de conhecimentos sobre a realidade social.
- Contribuir para a compreensão de grandes problemas do mundo actual, a diferentes níveis de análise.
- Promover o rigor científico e o desenvolvimento do raciocínio, do espírito crítico e da capacidade de intervenção, nomeadamente na resolução de problemas.
- Contribuir para melhorar o domínio escrito e oral da língua portuguesa.
- Desenvolver técnicas de trabalho intelectual, nomeadamente no domínio da pesquisa, do tratamento e da apresentação da informação.
- Promover a utilização das novas tecnologias da informação.
- Desenvolver a capacidade de trabalho individual e em grupo.

- Fomentar a interiorização de valores de tolerância, respeito pelas diferenças, democracia e justiça social, solidariedade e cooperação.
- Fomentar atitudes de não discriminação, favoráveis à promoção da igualdade de oportunidades para todos.
- Contribuir para a formação do cidadão, educando para a cidadania, para a mudança e para o desenvolvimento, no respeito pelos Direitos Humanos.

Do acima exposto, resultam os seguintes **objectivos** para os alunos da disciplina de Economia A do Curso Geral de Ciências Sócio-Económicas:

I – No domínio dos conhecimentos

- Compreender a perspectiva da Ciência Económica na análise dos fenómenos sociais.
- Integrar os fenómenos económicos no contexto dos fenómenos sociais.
- Compreender conceitos económicos fundamentais.
- Utilizar correctamente a terminologia económica.
- Compreender normas básicas da contabilização da actividade económica das sociedades.
- Compreender aspectos relevantes da organização económica das sociedades.
- Conhecer aspectos relevantes das economias portuguesa e da União Europeia.

II – No domínio das competências e das atitudes

- Desenvolver hábitos e métodos de estudo.
- Desenvolver competências no domínio do “aprender a aprender”.
- Desenvolver o gosto pela pesquisa.
- Desenvolver capacidades de compreensão e de expressão oral e escrita.
- Pesquisar informação em diferentes fontes, nomeadamente com a utilização das novas tecnologias da informação.
- Analisar documentos de diversos tipos – textos de autor, notícias da imprensa, dados estatísticos, documentos audiovisuais.
- Interpretar quadros e gráficos.
- Elaborar sínteses de conteúdo de documentação analisada.
- Utilizar técnicas de representação da realidade como esquemas-síntese, quadros de dados e gráficos.
- Fazer comunicações orais com apoio de suportes diversificados de apresentação de informação.
- Estruturar respostas escritas com correcção formal e de conteúdo.
- Elaborar projectos de trabalho, realizá-los e avaliá-los.
- Desenvolver o espírito crítico.
- Desenvolver a capacidade de discutir ideias, de as fundamentar correctamente e de atender às ideias dos outros.
- Desenvolver o espírito de tolerância, de respeito pela diferença e de cooperação.
- Desenvolver o espírito criativo e de abertura à inovação.
- Desenvolver a capacidade de intervir de forma construtiva.

2. VISÃO GERAL DOS CONTEÚDOS

ESQUEMA CONCEPTUAL DOS CONTEÚDOS



ARTICULAÇÃO VERTICAL DOS
TEMAS E UNIDADES LECTIVAS
DO PROGRAMA

10º ANO

Módulo Inicial – Actividades de diagnóstico e de integração dos alunos

I – INTRODUÇÃO

1. A actividade económica e a Ciência Económica

II – ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

2. Necessidades e consumo
3. A produção de bens e de serviços
4. Comércio e moeda
5. Preços e mercados
6. Rendimentos e repartição dos rendimentos
7. Poupança e investimento

11º ANO

III – A CONTABILIZAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

8. Os agentes económicos e o circuito económico
9. A Contabilidade Nacional

IV – A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA DAS SOCIEDADES

10. Relações económicas com o Resto do Mundo
11. A intervenção do Estado na economia
12. A economia portuguesa no contexto da União Europeia

3. SUGESTÕES METODOLÓGICAS GERAIS

De acordo com as finalidades e os objectivos apresentados, torna-se evidente a necessidade de um processo de ensino-aprendizagem centrado no aluno; um processo activo que promova a aquisição rigorosa de conhecimentos, incentive o desenvolvimento de competências e de atitudes socialmente úteis e que fomente a autonomia.

De facto:

"Há maiores possibilidades de aprendizagem nas salas de aula onde existe:

1. Aprendizagem activa, ou seja, abordagens que encorajam os participantes a implicar-se em oportunidades de aprendizagem.
2. Negociação de objectivos, ou seja, abordagens em que as actividades têm em conta as motivações e interesses de cada participante.
3. Demonstração, prática e reflexão sobre a prática, ou seja, abordagens em que se propõem modelos práticos, se promove a sua utilização e se dão oportunidades de reflectir sobre eles.
4. Avaliação contínua, ou seja, abordagens que promovem a investigação e a reflexão como meios de revisão da aprendizagem.
5. Apoio, ou seja, abordagens que ajudam os indivíduos a correr riscos."

(UNESCO,1996)

Pretende-se, assim, que o aluno construa/reconstrua os seus saberes, com rigor e, simultaneamente, se familiarize com métodos de trabalho intelectual que lhe serão indispensáveis ao longo de seu percurso académico.

Não deve, no entanto, o professor esquecer que se trata de uma disciplina de iniciação, onde não cabem desenvolvimentos e aprofundamentos próprios de estudos a nível superior. Isto não significa, contudo, que se pretenda qualquer condescendência com o rigor científico das aprendizagens exigidas.

Por outro lado, o programa da disciplina permite reflexões sobre problemas da actualidade portuguesa, europeia e mesmo mundial que, porventura, nenhuma outra, no actual desenho curricular do ensino secundário, propicia. Esta reflexão, baseada em conhecimentos e dados científicos, poderá ser enriquecida pelo confronto dos factos com o acervo dos Direitos Humanos – valores de referência universal que se pretendem transversais à diversidade cultural que caracteriza e enriquece o mundo em que vivemos.

Em termos metodológicos, recorda-se a importância da utilização de estratégias diversificadas, na medida do possível adequadas à diversidade das necessidades e das especificidades dos alunos, sempre com recurso a metodologias activas.

Ressalta ainda das finalidades e dos objectivos definidos a importância a dar ao desenvolvimento de técnicas de pesquisa, de tratamento e de apresentação da informação, com recurso indispensável às designadas novas tecnologias da informação. Este trabalho deverá desenvolver-se quer individualmente quer em trabalho de grupo e, quando for considerado oportuno, poderá assumir a forma de trabalho de projecto.

Recorda-se ainda que, independentemente da estratégia utilizada pelo professor para introduzir os temas e as unidades ou as sub-unidades lectivas, bem como dos caminhos seguidos para o desenvolvimento das mesmas, haverá sempre que sistematizar os conteúdos estudados, articular os conhecimentos entre si e integrá-los nos contextos reais do mundo em que vivemos. Tal como haverá sempre que ter presente, quer na orientação quer no decorrer dos próprios trabalhos, os objectivos nos domínios das competências e das atitudes. De facto, estes deverão ser entendidos como transversais a todas as unidades lectivas dos programas, pelo que deverão ser operacionalizados pelo professor em função e de acordo com as suas opções didácticas, tomadas aquando da planificação da leccionação dessas mesmas unidades lectivas.

Salienta-se igualmente a importância de exercitar os alunos na análise de documentos diversificados (textos de autor, notícias e artigos da imprensa, dados estatísticos apresentados quer em quadros quer em gráficos e documentos audiovisuais). A síntese das análises feitas e o debate das temáticas em estudo são igualmente indispensáveis, devendo ser sempre seguidos da respectiva sistematização final.

Refira-se, ainda, que a **participação da disciplina na Área de Projecto**, que dispõe de horário próprio, permitirá reforçar o equilíbrio entre a aprendizagem de conceitos e o desenvolvimento de competências e a ligação à realidade directamente conhecida dos alunos.

De facto, é possível participar numa grande variedade de projectos que contribuam, de forma significativa, para a mobilização, integração e verificação de saberes proporcionados por esta disciplina, bem como para o desenvolvimento de competências, nomeadamente as que são transversais a várias disciplinas, e para o desenvolvimento dos valores da cidadania democrática.

Por outro lado, a participação da disciplina na Área de Projecto será mais uma oportunidade para desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem em que a prática e a teoria sejam indissociáveis na construção do conhecimento e na promoção de aprendizagens mais significativas do que as somente proporcionadas pela tradicional relação verbal e retórica com a realidade.

A metodologia de trabalho de projecto poderá ser utilizada, dada a sua adequação à pesquisa e ao conhecimento do meio, à consciencialização e à eventual contribuição para a resolução de problemas concretos e à produção de produtos a divulgar na comunidade, como sejam a organização de exposições temáticas e de debates, a apresentação de relatórios e/ou de filmes em suporte vídeo, a elaboração de desdobráveis ou de páginas para a *Internet*, a publicação de artigos em jornais e/ou revistas, etc. .

4. RECURSOS

Como recursos didácticos, a utilizar pelo professor e/ou pelos alunos, sugerem-se, entre outros que o professor venha a considerar adequados, os seguintes:

- Livros e revistas de carácter científico. Sugere-se, em particular, a assinatura de revistas como *Economia Pura*, *Análise Social* e *Cadernos de Economia*, entre outras.
- Jornais (diários e semanários, regionais e nacionais ou, mesmo, internacionais) e revistas de carácter informativo.
- Estatísticas disponibilizadas por organismos nacionais e internacionais (INE, Ministérios, Comissões de Coordenação Regional, Autarquias, Comissão Europeia e Parlamento Europeu, Instituições da ONU, OCDE, etc.).
- *Sites* na *Internet*, quer de organismos nacionais e internacionais, quer de bases de dados e de informações diversificadas.
- CD – Roms (enciclopédias, bases de dados, temáticos e, eventualmente, especificamente com objectivos didácticos).
- Programas de televisão, quer informativos, quer documentais.
- Filmes e documentários, considerados oportunos e adequados, disponíveis no mercado.
- Diapositivos disponíveis no mercado e / ou elaborados por professores e, eventualmente, por alunos.
- Dossiers temáticos, de organização progressiva e cumulativa, anualmente actualizáveis.
- Transparências disponíveis no mercado e / ou elaboradas por professores e, eventualmente, por alunos.
- Visitas de estudo.

É igualmente desejável que as aulas de Economia decorram em sala própria, com armário para guardar o material necessário, e equipada (ou que seja, sempre que necessário, equipada), para além dos tradicionais quadro e giz, com retroprojector e écran, televisão e leitor de vídeo, projector de diapositivos, computador com ligação à *Internet* e material multimédia.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação deverá ser uma prática pedagógica sistematizada e contínua, integrada no processo de ensino-aprendizagem, e que deverá incidir não só sobre os produtos mas igualmente sobre os processos, com intenção profundamente formativa. De facto, o professor deverá ter em conta os diversos factores condicionantes das aprendizagens dos alunos, nomeadamente a sua diversidade sócio-cultural e a sua diversidade de estilos pessoais de aprendizagem, integrando-os nas suas preocupações e permitindo uma selecção mais adequada de estratégias de ensino-aprendizagem e de estratégias de superação de dificuldades detectadas. Do referido decorre, igualmente, a necessidade de recorrer a estratégias, técnicas e instrumentos diversificados de avaliação.

Por outro lado, a avaliação deverá ser sempre uma prática contextualizada, decorrendo das actividades praticadas pelos alunos na sala de aula e, quando necessário, fora dela.

Assim, a **avaliação formativa** tornará o aluno mais consciente e responsável pela sua aprendizagem, levando-o a identificar os seus pontos críticos, a reconstruir os seus saberes e a reformular os seus processos de trabalho. Ao professor, a avaliação formativa fornecerá informações sobre o comportamento dos vários intervenientes e sobre a eficácia dos processos em uso, permitindo, em tempo que se pretende útil, a introdução de alterações consideradas convenientes e adequadas aos objectivos previamente estabelecidos.

Igualmente com carácter formativo deverá praticar-se, sempre que se considere oportuno, a **avaliação diagnóstica**.

A **avaliação sumativa** constituirá o momento final de cada ciclo do processo de ensino-aprendizagem, com a conseqüente classificação dos alunos, não podendo por isso ser negligenciada ou alvo de menor rigor.

Os professores devem, então, no grupo disciplinar/departamento, definir critérios de avaliação e promover a construção de instrumentos diversificados para a recolha dos elementos de avaliação necessários, para além dos testes escritos, não esquecendo que esta deverá contemplar o domínio dos conhecimentos mas, também, o das competências.

Recorda-se, ainda, o papel educativo da promoção de hábitos de rigorosa **auto e hetero-avaliação** dos alunos. De facto, os alunos devem assumir um papel activo e interveniente também no processo de avaliação, quer individual, quer colectiva, propondo, debatendo, clarificando e criticando critérios de avaliação, gerais e específicos de determinadas actividades, nos momentos para tal considerados adequados. Também assim se educa para a cidadania, ao promover-se a reflexão e o confronto justificado de opiniões numa matéria sentida como particularmente importante pelos alunos.

Assim, devem ser considerados os seguintes **objectos de avaliação**:

- As atitudes e os comportamentos na aula, nomeadamente a assiduidade, a pontualidade e a participação nos trabalhos do dia-a-dia (nível de empenhamento e qualidade dessa participação).
- Os conhecimentos e as competências.
- A progressão no nível de consecução dos objectivos.

Considera-se, ainda, fundamental que a avaliação formativa promova o desenvolvimento de hábitos e de métodos de estudo, bem como o desenvolvimento de técnicas de trabalho intelectual, nomeadamente no domínio da pesquisa, selecção, tratamento e apresentação da informação, procurada em fontes diversificadas, nomeadamente com recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação.

Por outro lado, os **instrumentos de avaliação** deverão ser diversificados e adequados aos objectos da avaliação. Entre outros, a seleccionar em função das circunstâncias concretas, sugerem-se:

- Grelhas de registo de atitudes e de comportamentos.
- Grelhas de observação do trabalho individual e em grupo dos alunos.
- Entrevistas e questionários.
- Relatórios de actividades, nomeadamente de visitas de estudo e de participação em debates.
- Apresentações escritas e orais de trabalhos (fichas de trabalho, trabalhos de investigação, trabalhos de projecto, etc.).
- Testes escritos que contemplem tipos diversificados de questões (questões objectivas de diversos tipos, questões de composição curta e questões de composição longa).
- Testes orais.

3ª PARTE – DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

PROGRAMA DE ECONOMIA A – 10º ANO

O Programa de Economia de 10º ano tem por objectivo principal iniciar os alunos num novo domínio científico – o da Ciência Económica.

Assim, com este primeiro ano da disciplina, visa-se a aquisição de conceitos fundamentais, sempre partindo das (e em articulação com as) realidades portuguesa e europeia, mais próximas dos alunos.

Podendo, por vezes, o processo de ensino-aprendizagem apresentar uma componente teórica que exija um maior nível de abstracção e, por isso, seja mais difícil para alguns alunos, impõe-se o recurso privilegiado a metodologias assentes em estratégias activas, bem como a contextualização sistemática dos conteúdos programáticos na realidade conhecida do aluno.

Por outro lado, não existindo no ensino básico nenhuma disciplina que seja precedente, há, contudo, um conjunto de conhecimentos adquiridos e de competências desenvolvidas ao longo do mesmo ciclo de estudos que constitui pré-requisito para um melhor desenvolvimento do programa.

Assim, no início do ano, após a apresentação da disciplina, do modo como funcionarão as aulas e da discussão e clarificação dos critérios de avaliação a adoptar, há que destinar as primeiras semanas de aulas a actividades de diagnóstico e de actualização desses conhecimentos e de prática dessas competências, bem como de integração activa dos alunos (**Módulo Inicial**).

Concluído este módulo, dar-se-á início ao programa que está estruturado em dois temas e sete unidades lectivas, de acordo com o esquema organizador que a seguir se apresenta e com a especificação de conteúdos que se lhe segue.

Começando, como introdução, por apresentar a Economia como uma das Ciências Sociais que, em conjunto, se debruçam sobre as diversas dimensões da vida do homem em sociedade, haverá que clarificar a perspectiva específica da Ciência Económica na abordagem dos fenómenos sociais, bem como clarificar o seu objecto de estudo – os fenómenos económicos ou, dito de outro modo, a dimensão económica dos fenómenos sociais, ou seja, a actividade económica das sociedades (**Tema I / Unidade lectiva 1**).

O Tema II - Aspectos Fundamentais da Actividade Económica / Unidades lectivas 2 a 7, incide sobre aspectos essenciais para a compreensão da actividade económica das sociedades, fornecendo um conjunto de instrumentos de análise económica fundamental para entender a realidade económica e para qualquer prosseguimento de estudos nesta área.

De facto, partindo das realidades mais directamente conhecidas pelos alunos – as necessidades e o consumo, é fácil, para estes, compreenderem a

necessidade de produção de bens e de serviços, bem como do seu comércio, que implica a utilização de moeda, sem esquecer que o acto de compra exige o estabelecimento de preços que dependem, em parte, do funcionamento dos mercados.

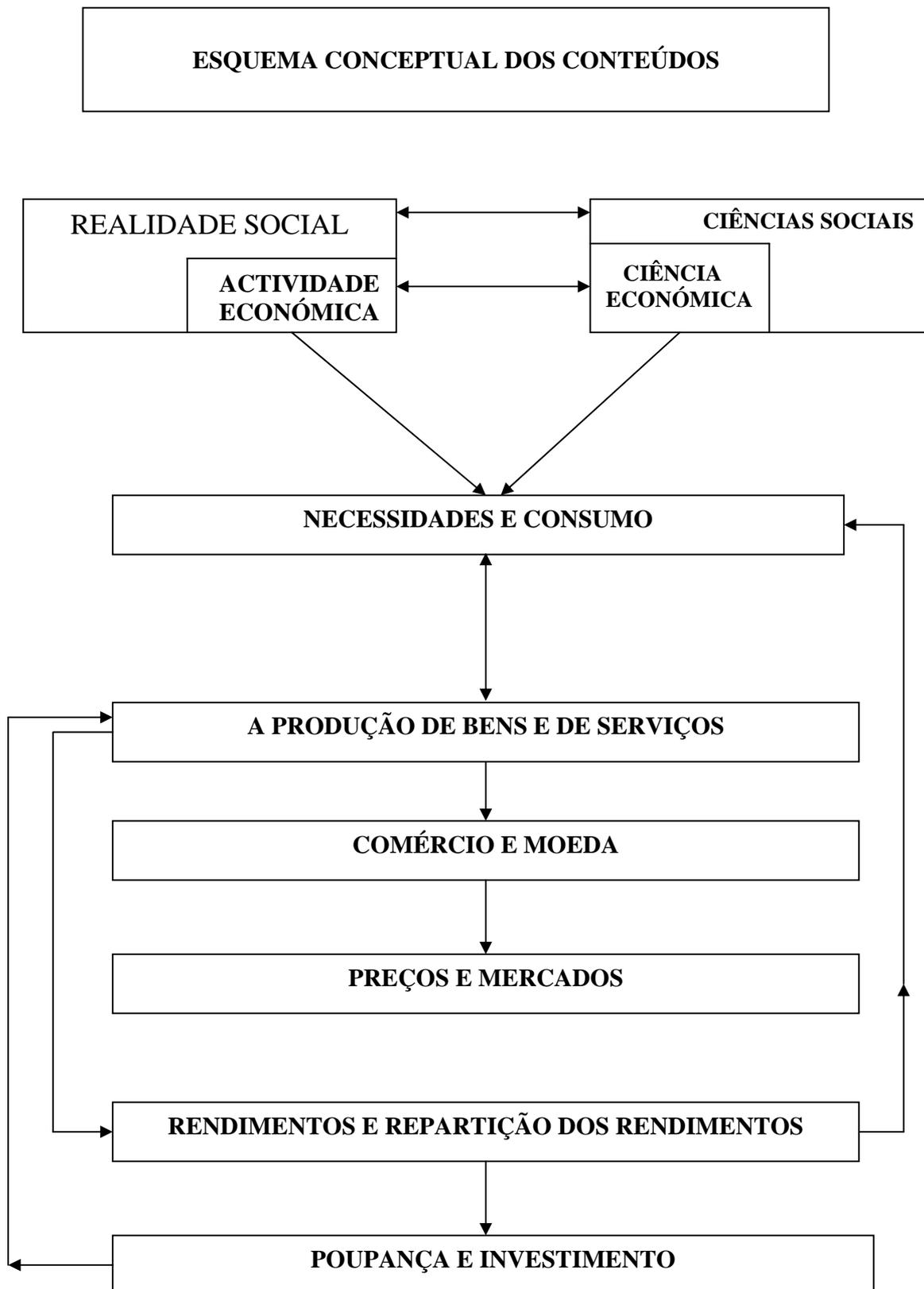
Por outro lado, os diversos tipos de rendimentos são gerados pela actividade produtiva e repartidos pelos agentes nela intervenientes que, por sua vez, lhes dão destinos como o consumo e a poupança que, através do investimento, revitaliza a própria actividade produtiva.

Não é demais salientar, de novo, a importância da permanente articulação dos conteúdos teóricos com a realidade, bem como a importância do progressivo conhecimento das economias portuguesa e da União Europeia, através da sua utilização na ilustração e na aplicação dos conteúdos das várias unidades lectivas. Sempre que oportuno, esta articulação com a realidade poderá alargar-se ao nível mundial de exemplificação dos fenómenos.

Também não será demais salientar a importância da utilização de metodologias que desenvolvam as capacidades e as atitudes referidas nos objectivos da disciplina, nomeadamente as capacidades de pesquisa, selecção e tratamento de informação oportuna e relevante, bem como da sua comunicação / apresentação a outros, quer de forma oral quer escrita. No domínio do “aprender a aprender”, salienta-se a importância do desenvolvimento de competências como as de revisão do próprio raciocínio, de crítica da informação seleccionada e da sua sistematização, bem como de memorização de conteúdos essenciais devidamente compreendidos.

Relativamente à carga horária, considerou-se um total de 99 tempos lectivos, de 90 minutos cada, correspondente a 148,5 horas a decorrerem em 33 semanas.

A atribuição de carga horária a cada conteúdo programático constitui apenas uma sugestão, que pode ser alterada em função das diversas formas de abordagem, do processo de ensino aprendizagem e das actividades desenvolvidas.



<p style="text-align: center;">LISTAGEM DOS TEMAS / UNIDADES LECTIVAS</p>
--

10º ANO

Módulo Inicial – Actividades de diagnóstico e de integração dos alunos

I – INTRODUÇÃO

1. A actividade económica e a Ciência Económica

- 1.1. Realidade social e Ciências Sociais
- 1.2. Fenómenos sociais e fenómenos económicos
- 1.3. A Economia como ciência – objecto de estudo
- 1.4. A actividade económica e os agentes económicos

II – ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

2. Necessidades e consumo

- 2.1. Necessidades – noção e classificação
- 2.2. Consumo – noção e tipos de consumo
- 2.3. Padrões de consumo – diferenças e factores explicativos
- 2.4. Evolução da estrutura do consumo em Portugal e na União Europeia
- 2.5. A Sociedade de Consumo
- 2.6. Consumerismo e responsabilidade social dos consumidores
- 2.7. A defesa dos consumidores em Portugal e na União Europeia

3. A produção de bens e de serviços

- 3.1. Bens – noção e classificação
- 3.2. Produção e processo produtivo. Sectores de actividade económica
- 3.3. Factores de Produção – noção e classificação
 - 3.3.1. Os Recursos Naturais
 - 3.3.2. O Trabalho. A situação em Portugal e na União Europeia
 - 3.3.3. O Capital – noção e tipos de capital
- 3.4. A combinação dos factores de produção

4. Comércio e moeda

- 4.1. Comércio – noção e tipos
- 4.2. A evolução da moeda – formas e funções
- 4.3. A nova moeda portuguesa – o Euro
- 4.4. O Preço de um bem – noção e componentes
- 4.5. A Inflação – noção e medida
- 4.6. A inflação em Portugal e na União Europeia

5. Preços e mercados

- 5.1. Mercado – noção e exemplos de mercados
- 5.2. O mecanismo de mercado
 - 5.2.1. A procura e a lei da procura
 - 5.2.2. A oferta e a lei da oferta
- 5.3. Estrutura dos mercados

6. Rendimentos e repartição dos rendimentos

- 6.1. A actividade produtiva e a formação dos rendimentos
- 6.2. A repartição funcional dos rendimentos
- 6.3. A repartição pessoal dos rendimentos
- 6.4. A redistribuição dos rendimentos
- 6.5. As desigualdades na repartição dos rendimentos em Portugal e na União Europeia

7. Poupança e investimento

- 7.1. A utilização dos rendimentos – o Consumo e a Poupança
- 7.2. Os destinos da poupança. A importância do Investimento
- 7.3. O financiamento da actividade económica – autofinanciamento e financiamento externo
- 7.4. O investimento em Portugal e o investimento português no estrangeiro

DESENVOLVIMENTO DOS TEMAS/UNIDADES LECTIVAS

MÓDULO INICIAL

Actividades de diagnóstico e de integração dos alunos

Pretende-se, com esta unidade prévia, criar condições facilitadoras para a leccionação do programa da disciplina, permitindo, por um lado, que os alunos (re)iniciem um relacionamento de trabalho em conjunto e, por outro lado, que sejam revistos e actualizados conhecimentos e competências adquiridos no ensino básico.

Assim, a partir da avaliação diagnóstica dos conhecimentos e das competências referidos, o professor poderá organizar diversos tipos de actividades que, partindo da realidade portuguesa (local / regional / nacional) e da União Europeia, permitam um primeiro contacto motivante com problemáticas sócio-económicas, revendo conceitos já adquiridos (nomeadamente nas disciplinas de História, Geografia e Matemática) e praticando competências indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho que se seguirá, como sejam as de cálculo e de análise de documentos com a subsequente síntese de conclusões e sua apresentação.

FINALIDADES

- Integrar os alunos no grupo turma
- Negociar / estabelecer regras de trabalho e de avaliação
- Motivar para o estudo de temáticas sócio-económicas
- Diagnosticar conhecimentos e competências
- Rever / actualizar conhecimentos e metodologias de trabalho individual e em grupo

Total de horas previstas: 13,5h (9 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
Actividades de diagnóstico e de integração dos alunos <ul style="list-style-type: none">• Apresentação mútua e da disciplina• Estabelecimento de regras e de métodos de trabalho• Apresentação / negociação de critérios de avaliação		<ul style="list-style-type: none">• Justificar a importância do estudo da Economia• Relacionar as finalidades, os objectivos gerais e os conteúdos da disciplina com as aprendizagens feitas no ensino básico• Clarificar regras e métodos de trabalho• Justificar a importância do trabalho em grupo• Clarificar critérios de avaliação	<ul style="list-style-type: none">• A partir de notícias veiculadas nos meios de comunicação social sobre questões da actualidade, quer local quer nacional e/ou internacional, os alunos poderão ser motivados e sensibilizados para os conteúdos da disciplina de Economia, articulando-os também com as aprendizagens feitas no ensino básico.• É indispensável igualmente que os alunos discutam, em grupo e em colectivo, as regras de trabalho que serão adoptadas, clarifiquem as metodologias de trabalho que serão usadas ao longo do ano e discutam, critiquem e clarifiquem os critérios de avaliação que serão utilizados nas diversas situações de aprendizagem.

<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação diagnóstica • Actividades de motivação e de integração dos alunos, de revisão de conceitos e de prática de metodologias de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Natalidade • Mortalidade • Taxa de: <ul style="list-style-type: none"> - Natalidade - Mortalidade - Mortalidade infantil • Crescimento natural da população • Taxa de crescimento natural • Movimentos migratórios • Emigração • Imigração • Crescimento efectivo da população • Taxa de crescimento populacional • Estrutura da população • Actividades económicas • Sectores de actividade económica • Importação / Exportação • População activa • Distribuição da população activa por sectores de actividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar conceitos • Interpretar textos • Analisar quadros e gráficos • Realizar cálculos (médias simples, percentagens, permutagens e taxas de variação) • Construir gráficos • Redigir sínteses de conclusões • Expor oralmente sínteses de conclusões • Apresentar / reformular argumentos • Debater ideias e opiniões 	<ul style="list-style-type: none"> • Os professores deverão realizar um diagnóstico inicial que incida sobre alguns dos conceitos referidos e sobre as competências estabelecidas. • Com base nos resultados obtidos, deverá o professor organizar diversos tipos de actividades com vista à superação das dificuldades detectadas e, simultaneamente, à motivação para a realidade sócio-económica. • Por exemplo, poder-se-ão incentivar os alunos a realizar, em trabalho de grupo (eventualmente agrupados em função de dificuldades comuns detectadas), pesquisas sobre aspectos da realidade demográfica e económica local, nomeadamente a partir da análise de pequenos textos e / ou de notícias da imprensa regional ou nacional e da consulta de dados estatísticos em publicações ou através da <i>Internet</i>. • Os professores deverão sistematizar conclusões das actividades realizadas de forma a fazer a ponte para a primeira unidade lectiva do programa, evidenciando a complexidade da realidade social. • Igualmente tendo em vista efectuar a ponte para a primeira unidade lectiva e como estratégia de motivação, os professores poderão solicitar aos alunos o levantamento de exemplos de fenómenos económicos conhecidos do seu quotidiano.
--	--	---	---

TEMA I – INTRODUÇÃO

UNIDADE 1 – A actividade económica e a Ciência Económica

Com esta unidade pretende-se motivar os alunos para o estudo da Ciência Económica e, em simultâneo, situá-la no âmbito das Ciências Sociais, como uma das múltiplas abordagens da realidade social, delimitando o seu objecto – como adequar recursos escassos a necessidades ilimitadas (problema económico).

Por outro lado, as escolhas, que determinam como os recursos da sociedade vão ser utilizados, são efectuadas pelos vários intervenientes na actividade económica, os quais podem ser agrupados de acordo com as funções económicas desempenhadas – agentes económicos (Famílias, Empresas, Estado e Resto do Mundo).

OBJECTIVOS

- Compreender o objecto da Ciência Económica
- Conhecer o papel dos agentes económicos na actividade económica

Total de horas previstas: 7,5h (5 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
1. A actividade económica e a Ciência Económica			
1.1. Realidade social e Ciências Sociais	<ul style="list-style-type: none">• Realidade social• Ciências Sociais	<ul style="list-style-type: none">• Identificar os fenómenos sociais como o objecto das Ciências Sociais	<ul style="list-style-type: none">• Na sequência da unidade anterior e da análise de notícias veiculadas nos meios de comunicação social recolhidas pelos alunos, estes poderão ser motivados e sensibilizados para reconhecer os fenómenos sociais e, a partir daí, distinguirem os diferentes ângulos de visão da realidade social, em especial o da Economia.
1.2. Fenómenos sociais e fenómenos económicos	<ul style="list-style-type: none">• Fenómenos sociais• Fenómenos económicos	<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a Economia como Ciência Social• Estabelecer a relação entre as diferentes dimensões da realidade social e as diferentes Ciências Sociais	
1.3. A Economia como ciência – objecto de estudo	<ul style="list-style-type: none">• Ciência Económica• Objecto da Economia• Problema económico• Escolha• Custo de oportunidade*	<ul style="list-style-type: none">• Definir o objecto da Economia• Explicar em que consiste o problema económico• Justificar a importância da escolha na actividade económica	

*Conteúdo de sensibilização

<p>1.4. A actividade económica e os agentes económicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Agentes económicos: <ul style="list-style-type: none"> - Famílias - Empresas - Estado - Resto do Mundo • Actividade económica: <ul style="list-style-type: none"> - Produção - Distribuição - Repartição dos Rendimentos - Utilização dos Rendimentos (Consumo e Poupança) 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicar os principais agentes económicos • Explicar as funções económicas desempenhadas pelos diferentes agentes económicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos poderão identificar os principais agentes económicos recorrendo às suas próprias vivências e ao conhecimento do meio onde se inserem. • A partir da identificação dos agentes, poderão reconhecer as várias funções por eles desempenhadas, conseguindo, por esta via, indicar e explicar as principais actividades económicas.
--	---	--	--

TEMA II – ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

UNIDADE 2 – Necessidades e consumo

No desenvolvimento desta unidade privilegia-se o estudo do consumo e da sua importância na actividade económica. Este tema suscita diversas reflexões: O que é o consumo? Que factores determinam o consumo? Como evolui o consumo? O que é a sociedade de consumo? Qual é o papel dos consumidores na actividade económica e como cidadãos intervenientes na sociedade?

Deste modo, o fenómeno do consumo deve ser analisado nas suas dimensões sociais e económicas, não se podendo compreender sem o articular com a análise do comportamento dos consumidores. Com efeito, as escolhas dos consumidores podem ter consequências a diversos níveis, nomeadamente a nível económico e ambiental.

É de realçar a importância desta unidade lectiva para a Educação para a Cidadania, constituindo assim um tema privilegiado no desenvolvimento de projectos multidisciplinares – Área de Projecto – uma vez que se trata de um problema actual e que constitui um desafio para o futuro.

OBJECTIVOS

- Compreender o papel do consumidor na actividade económica
- Conhecer os diversos tipos de consumo
- Analisar a evolução da estrutura de consumo
- Compreender a responsabilidade social do consumidor

Total de horas previstas: 24 h (16 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
2. Necessidades e consumo			
2.1. Necessidades – noção e classificação	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade • Necessidades: <ul style="list-style-type: none"> - individuais e colectivas - primárias, secundárias e terciárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar o conceito de necessidade • Caracterizar as necessidades • Classificar as necessidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que a partir de uma lista de necessidades sentidas pelos alunos no seu quotidiano se conclua sobre o conceito de necessidade, as suas características e se proceda à sua classificação.
2.2. Consumo – noção e tipos de consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo • Consumos: <ul style="list-style-type: none"> - final e intermédio - público e privado - individual e colectivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o consumo como um acto económico e um acto social • Distinguir os diversos tipos de consumo • Explicar o papel do consumidor na dinamização da actividade económica 	<ul style="list-style-type: none"> • Para sensibilizar os alunos para o estudo da problemática do consumo o professor poderá solicitar-lhes que façam recortes de artigos de imprensa relacionados com o tema, com o objectivo de organizar um dossier temático de turma. Estes artigos serão depois analisados na aula, no contexto dos pontos da unidade lectiva a desenvolver.

<p>2.3. Padrões de consumo - diferenças e factores explicativos</p> <p>- factores económicos</p> <p>- factores extra-económicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura do consumo • Coeficiente orçamental • Lei de Engel 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os factores económicos de que depende o consumo – rendimento, preços e inovação tecnológica • Dar a noção de estrutura do consumo • Calcular os coeficientes orçamentais • Justificar a evolução dos coeficientes orçamentais, relativamente à evolução dos níveis de rendimento • Enunciar a lei de Engel • Explicar de que modo os preços e a inovação tecnológica influenciam as escolhas dos consumidores • Explicar de que modo os factores extra-económicos – estrutura etária dos agregados familiares, modos de vida, moda e publicidade – influenciam as escolhas dos consumidores 	<ul style="list-style-type: none"> • Para leccionar este ponto sugere-se que, em trabalho de grupo, se realizem inquéritos a famílias com níveis diferentes de rendimento, ou se analisem dados estatísticos, tendo em vista verificar: <ul style="list-style-type: none"> - a estrutura do consumo das famílias; - o peso de cada classe de despesas no consumo total; - os diferentes pesos de cada classe de despesas consoante os níveis de rendimento – lei de Engel ; - as diferenças de peso de cada classe de despesas devidas à estrutura etária dos agregados familiares e aos diferentes modos de vida (situação sócio-profissional, localização urbana ou rural do agregado, etc...).
---	--	---	---

<p>2.3. Evolução da estrutura do consumo em Portugal e na União Europeia</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Constatar a evolução da estrutura do consumo em Portugal • Comparar a evolução da estrutura do consumo em Portugal com a dos restantes países da União Europeia 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que se analisem dados estatísticos sobre a estrutura do consumo em Portugal e nos outros países da União Europeia nos últimos anos, de forma a ser possível comparar as diferenças de peso de cada classe de despesas e o modo como estas evoluíram, explicando as assimetrias encontradas.
<p>2.5. A sociedade de consumo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade de consumo • Consumismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir sociedade de consumo • Localizar historicamente as Sociedades de Consumo • Caracterizar o fenómeno do consumo de massas • Indicar as consequências do consumismo, nomeadamente o possível endividamento das famílias 	<ul style="list-style-type: none"> • Através de um levantamento fotográfico ou da recolha de textos e de imagens em revistas, jornais ou na televisão, os alunos poderão identificar algumas das consequências da sociedade de consumo e do consumismo, podendo concluir sobre a responsabilidade social do consumidor.
<p>2.6. Consumerismo e responsabilidade social dos consumidores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consumerismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir consumismo de consumerismo • Justificar a importância do consumerismo • Relacionar o consumerismo com a necessidade de preservar os recursos naturais e os equilíbrios ecológicos 	
<p>2.7. A defesa dos consumidores em Portugal e na União Europeia</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Explicar o papel das instituições portuguesas e da União Europeia de defesa do consumidor • Expor os direitos e os deveres do consumidor 	<ul style="list-style-type: none"> • Poder-se-á investigar a evolução do movimento consumerista em Portugal: <ul style="list-style-type: none"> - consultando a legislação referente aos direitos e aos deveres dos consumidores; - analisando o papel que têm desempenhado as instituições de defesa do consumidor existentes no nosso país. • Num âmbito mais alargado, será de referir algumas medidas legislativas da União Europeia relativas à protecção do consumidor como, por exemplo, as que respeitam ao ambiente e à utilização das novas tecnologias (comércio electrónico, utilização de dados pessoais, etc.).

UNIDADE 3 – A produção de bens e de serviços

No estudo desta unidade foca-se o fenómeno fundamental da actividade económica – a produção de bens e de serviços. A realização desta actividade pressupõe a utilização dos factores produtivos – recursos naturais, trabalho e capital – e uma escolha permanente de técnicas de produção, ou seja, de uma combinação dos factores de produção.

Também é de sublinhar a importância do desenvolvimento tecnológico e das suas consequências no fenómeno da produção, quer a nível do trabalho quer do capital, condicionando assim a escolha da combinação dos factores de produção. Daí que, para a produção ser eficaz, seja necessário ter em conta a produtividade dos factores produtivos utilizados, os custos de produção e a dimensão das unidades produtivas.

OBJECTIVOS

- Conhecer os factores produtivos
- Compreender o papel do desenvolvimento tecnológico no fenómeno da produção
- Analisar diferentes combinações de factores produtivos

Total de horas previstas: 25,5h (17 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
3. A produção de bens e de serviços 3.1. Bens – noção e classificação 3.2. Produção e processo produtivo Sectores de actividade económica	<ul style="list-style-type: none"> • Bens livres e bens económicos • Bens económicos: <ul style="list-style-type: none"> - materiais e serviços - de produção e de consumo - duradouros e não duradouros - substituíveis e complementares • Produção • Processo produtivo • Sectores de actividade económica: <ul style="list-style-type: none"> - Primário - Secundário - Terciário 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir bens livres de bens económicos • Caracterizar os diferentes tipos de bens económicos • Definir produção • Caracterizar o processo produtivo • Caracterizar os sectores de actividade económica 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que a partir de uma lista de bens, elaborada pelos alunos, se proceda à sua classificação. • A partir do exemplo do processo produtivo de uma empresa instalada no meio local onde os alunos se inserem, poderão pôr-se em evidência as questões mais importantes relativas ao fenómeno da produção e à sua complexidade:

<p>3.3. Factores de produção – noção e classificação</p> <p>3.3.1. Os recursos naturais</p> <p>3.3.2. O trabalho. A situação em Portugal e na União Europeia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Factor de produção • Recursos naturais <ul style="list-style-type: none"> - renováveis - não renováveis • Trabalho • População activa • População inactiva • Taxa de actividade • Desemprego • População empregada • População desempregada • Taxa de desemprego • Desenvolvimento tecnológico • Informatização • Automação • Desemprego tecnológico • Desemprego repetitivo • Desemprego de longa duração • Formação ao longo da vida • Terciarização 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir factor de produção • Classificar os factores produtivos • Classificar os recursos naturais • Reconhecer o problema da escassez de recursos face a necessidades ilimitadas • Definir trabalho • Descrever a composição da população activa • Calcular as taxas de actividade e de desemprego • Interpretar valores das taxas de actividade e de desemprego • Identificar custos e benefícios do desenvolvimento tecnológico • Identificar a automação e a informatização como consequências do desenvolvimento tecnológico • Referir as causas do desemprego • Identificar os tipos de desemprego • Explicar o papel da educação / formação na valorização profissional dos indivíduos • Relacionar o desenvolvimento tecnológico com a terciarização da economia 	<ul style="list-style-type: none"> - matérias primas necessárias e sua proveniência, equipamento utilizado, número de postos de trabalho e funções desempenhadas, para onde e para quem se destina a produção obtida. • Aconselha-se a consulta de dados estatísticos sobre a realidade portuguesa, quer a nível nacional quer a nível local/regional, bem como sobre a União Europeia para calcular e interpretar os valores das taxas de actividade e de desemprego e verificar a evolução das mesmas. Sugere-se também a observação da evolução das taxas de actividade e de desemprego por sexos. • Os alunos podem também efectuar o levantamento das causas do desemprego verificado e das acções realizadas para o combater, quer a nível da localidade / região, quer a nível nacional e/ou da União Europeia.
--	--	---	---

<p>3.3.3. O capital – noção e tipos de capital</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza • Capital • Capital financeiro • Capital técnico: <ul style="list-style-type: none"> - fixo - circulante • Capital natural (recursos naturais) • Capital humano 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir riqueza de capital • Definir os diversos tipos de capital • Justificar a importância dos novos conceitos de capital: <ul style="list-style-type: none"> - natural - humano 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir do exemplo referido no início desta unidade, uma empresa da localidade/região, poder-se-ão exemplificar os diversos tipos de capital utilizados, distingui-los e justificar a importância do capital humano e do capital natural. Mediante a verificação da escassez crescente de alguns recursos ou da poluição verificada, nomeadamente nas águas, os alunos poderão ser levados a reconhecer os diferentes graus de substituíbilidade do capital, principalmente dos designados bens livres e a sua importância para as gerações presentes e futuras.
<p>3.4. A combinação dos factores de produção:</p> <p>- a curto prazo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Substituíbilidade dos factores de produção • Produtividade • Produtividade média: <ul style="list-style-type: none"> - do trabalho - do capital • Produtividade total • Produtividade marginal: <ul style="list-style-type: none"> - do trabalho - do capital • Lei dos rendimentos decrescentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir a combinação dos factores produtivos a curto prazo da de longo prazo • Definir produtividade • Calcular as produtividades médias dos factores de produção • Calcular a produtividade total • Definir produtividade marginal • Calcular a produtividade marginal • Calcular os valores relativos à evolução da produção total e da produtividade marginal, em função das variações do factor trabalho • Enunciar a lei dos rendimentos decrescentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Recorrendo à metodologia de trabalho de grupo, o professor poderá orientar os alunos num trabalho para consolidação e aplicação de conhecimentos. Assim, o professor poderá atribuir a cada grupo uma empresa, em que a denominação e o artigo produzido serão escolhidos pelos alunos, e fornecer dados sobre as quantidades e valores dos factores utilizados e produções respectivas. Deste modo, os alunos, orientados pelo professor, poderão calcular as produtividades e lançar diferentes hipóteses de combinação de factores de produção. • Traçando hipóteses de variação do factor trabalho, os alunos poderão representar graficamente as curvas de produção total e de produtividade marginal e verificar a lei dos rendimentos decrescentes.

<p>- a longo prazo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Custos de produção: <ul style="list-style-type: none"> - total - médio • Economias de escala • Deseconomias de escala 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir os diferentes custos de produção • Definir economias de escala • Indicar os factores que permitem as economias de escala • Dar a noção de deseconomia de escala • Indicar os factores que contribuem para as deseconomias de escala 	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos, orientados pelo professor, poderão também traçar cenários de aumento de dimensão e de capacidade produtiva das “suas empresas” para analisar a evolução dos custos médios em cada uma das hipóteses e identificar as economias / deseconomias de escala, referindo as respectivas causas.
------------------------	--	---	--

UNIDADE 4 – Comércio e moeda

Com o desenvolvimento desta unidade pretende-se que os alunos compreendam como é que os bens produzidos são disponibilizados aos consumidores através da distribuição e do comércio. Contudo, esses bens e serviços têm um preço, o que implica que os consumidores, para os comprarem, tenham de utilizar moeda. Mas, a moeda também desempenha outras funções e tem evoluído ao longo do tempo, reflectindo a evolução tecnológica dos meios de pagamento e acentuando a sua desmaterialização.

Quando este programa entrar em vigor, o escudo português terá desaparecido para ser substituído por uma nova moeda – o Euro. Deste modo, um dos objectivos desta unidade será o de compreender esta nova realidade.

Finalmente, pretende-se que os alunos conheçam as componentes dos preços dos bens, bem como o fenómeno da inflação, analisando a sua evolução através do cálculo dos índices de preços no consumidor e da taxa de inflação.

OBJECTIVOS

- Compreender a importância do comércio
- Conhecer a evolução da moeda
- Conhecer as componentes dos preços dos bens
- Analisar a evolução da inflação em Portugal e na União Europeia

Total de horas previstas: 21h (14 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
4. Comércio e moeda 4.1. Comércio – noção e tipos	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição • Circuito de distribuição <ul style="list-style-type: none"> - ultra-curto - curto - longo • Comércio 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar em que consiste a actividade da distribuição • Justificar a importância da distribuição • Identificar os diferentes circuitos de distribuição • Identificar tipos de comércio: independente e integrado (sucursais, <i>franchising</i>, grandes superfícies e grandes superfícies especializadas) • Indicar alguns métodos de distribuição (venda directa, venda automática, venda à distância e comércio electrónico) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que os alunos, divididos em grupos: <ul style="list-style-type: none"> - escolham um produto e construam o seu circuito de distribuição; - recolham informações sobre o tecido comercial local, por forma a identificar os diferentes tipos de comércio e os principais métodos de distribuição utilizados.

<p>4.2. A evolução da moeda – formas e funções</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Troca directa e troca indirecta • Moeda: <ul style="list-style-type: none"> - moeda-mercadoria - moeda metálica - moeda papel - papel moeda - moeda escritural • Funções da moeda: <ul style="list-style-type: none"> - meio de pagamento - medida de valor - reserva de valor • Desmaterialização da moeda 	<ul style="list-style-type: none"> • Justificar o aparecimento da moeda • Descrever a evolução da moeda • Caracterizar os vários tipos de moeda <ul style="list-style-type: none"> • Explicar as funções da moeda • Reconhecer a importância da moeda no desenvolvimento económico • Relacionar a evolução tecnológica com o processo de desmaterialização da moeda 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se a utilização de exemplos concretos e/ou de textos para justificar o aparecimento da moeda e analisar a sua evolução. <ul style="list-style-type: none"> • A partir de exemplos dos novos instrumentos de movimentação da moeda escritural – cartões de crédito e de débito, transferências, etc. – poder-se-á constatar a progressiva tendência para a desmaterialização da moeda.
<p>4.3. A nova moeda portuguesa – o Euro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Euro 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar em que consiste o Euro • Inventariar vantagens e desvantagens da introdução do Euro 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que os professores realizem actividades relacionadas com o Euro, nomeadamente no sentido de os alunos: <ul style="list-style-type: none"> - identificarem as diferentes moedas utilizadas no espaço da União Europeia; - recolherem informações nos meios de comunicação social e/ou na <i>Internet</i> que permitam inventariar os países que adoptaram a nova moeda, bem como os objectivos, as vantagens e as desvantagens dessa adopção.
<p>4.4. O preço de um bem – noção e componentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Preço • Custo de produção 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir preço de um bem • Relacionar o custo de produção de um bem com o seu preço • Identificar o número de vendedores e o número de compradores como factores que influenciam o preço de um bem 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que se utilizem exemplos de bens que estejam relacionados com o quotidiano dos alunos para identificar os factores que influenciam o seu preço.

UNIDADE 5 – Preços e mercados

Com esta unidade pretende-se que os alunos compreendam o conceito económico de mercado, bem como o seu funcionamento, o qual resulta da interacção que se estabelece entre os compradores – procura – e os vendedores – oferta. O ponto de intersecção entre as curvas da procura e da oferta é o ponto de equilíbrio do mercado, o qual reflecte as variações das curvas da procura e da oferta em função do preço bem como das suas outras determinantes.

Contudo, nas economias reais, os mercados não funcionam desta forma; isto é, não existe uma situação de concorrência perfeita. Deste modo, também se pretende que os alunos conheçam o funcionamento de outros tipos de mercados – concorrência imperfeita (monopólio, oligopólio e concorrência monopolística).

OBJECTIVOS

- Compreender o mecanismo do mercado
- Conhecer as características fundamentais da procura e da oferta
- Conhecer o funcionamento de diferentes tipos de mercado

Total de horas previstas: 18h (12 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
5. Preços e mercados			
5.1. Mercado – noção e exemplos de mercados	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Dar exemplos de mercados • Definir o conceito económico de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito económico de mercado poderá ser introduzido recorrendo a exemplos de mercados conhecidos pelos alunos (municipais, de câmbios, de acções, etc.).
5.2. O mecanismo de mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Procura individual • Procura agregada • Lei da procura 	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenciar procura individual de procura agregada • Relacionar procura e preço – lei da procura • Representar graficamente a curva da procura • Indicar as determinantes da procura – o rendimento, as preferências dos consumidores (condicionadas, nomeadamente, pela publicidade e pela moda) e os preços dos outros bens • Relacionar as deslocações da curva da procura com as alterações nas suas determinantes 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir de dados fornecidos pelo professor, os alunos poderão representar graficamente curvas da procura, bem como as suas deslocações.
5.2.1 A procura e a lei da procura			

<p>5.2.1. A oferta e a lei da oferta</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta individual • Oferta agregada • Lei da oferta 	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenciar oferta individual de oferta agregada • Relacionar oferta e preço – lei da oferta • Representar graficamente a curva da oferta • Indicar as determinantes da oferta – o custo dos factores de produção, a tecnologia e os preços dos outros bens • Relacionar as deslocações da curva da oferta com as alterações nas suas determinantes 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir de dados fornecidos pelo professor, os alunos poderão representar graficamente curvas da oferta, bem como as suas deslocações.
<p>5.3. Estrutura dos mercados</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado de concorrência perfeita • Preço de equilíbrio • Quantidade de equilíbrio • Mercados de concorrência imperfeita: <ul style="list-style-type: none"> - Monopólio - Oligopólio - Concorrência monopolística • Fusões * • Aquisições * 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicar os pressupostos teóricos do modelo de concorrência perfeita • Constatar a inexistência desses pressupostos nas economias reais • Representar graficamente as curvas da oferta e da procura • Explicar o significado do ponto de equilíbrio • Identificar situações de excesso de procura e de excesso de oferta • Caracterizar os diferentes tipos de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Na construção das curvas da procura e da oferta e na determinação do ponto de equilíbrio, os professores deverão chamar a atenção dos alunos para o facto deste mecanismo de mercado ser um modelo ideal, não correspondendo, pelo menos do lado da oferta, às situações concretas. • Sugere-se que os alunos recolham, a partir de notícias veiculadas pelos meios de comunicação social, nomes de empresas que estejam inseridas no mercado português para, seguidamente, ser analisado o tipo de mercado em que actuem. • Poderá chamar-se a atenção para a problemática das fusões e das aquisições a nível mundial e em Portugal e para as suas implicações na estrutura do mercado.

*Conteúdo de sensibilização

UNIDADE 6 – Rendimentos e repartição dos rendimentos

No desenvolvimento desta unidade pretende-se analisar os mecanismos de formação e de repartição dos rendimentos, os objectivos e os meios de redistribuição desses rendimentos, assim como as causas da persistência de desigualdades na sua repartição.

O rendimento é objecto de uma primeira repartição – primária ou funcional – quando são remunerados os factores produtivos que contribuíram para a produção. Por seu lado, a repartição pessoal do rendimento permite analisar como é que os rendimentos se distribuem pelos agregados familiares de uma dada comunidade, qualquer que seja a origem desses rendimentos.

Dada a desigualdade verificada na repartição dos rendimentos, surge a redistribuição protagonizada pelo Estado (Administração Pública e Instituições de Segurança Social) que efectua a cobrança de impostos e realiza transferências sociais. Contudo, é de sublinhar que, apesar da redistribuição dos rendimentos ter por objectivo corrigir desigualdades, estas continuam a verificar-se, como comprovam os indicadores que avaliam a desigualdade de repartição dos rendimentos.

OBJECTIVOS

- Conhecer o processo de formação dos rendimentos
- Analisar as diferentes formas da repartição dos rendimentos
- Compreender os mecanismos de redistribuição dos rendimentos
- Analisar as desigualdades na repartição dos rendimentos

Total de horas previstas: 18h (12 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
6. Rendimentos e repartição dos rendimentos 6.1. A actividade produtiva e a formação dos rendimentos 6.2. A repartição funcional dos rendimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Formação dos rendimentos • Repartição dos rendimentos <ul style="list-style-type: none"> • Repartição funcional dos rendimentos • Rendimentos primários <ul style="list-style-type: none"> - salário - juro - renda - lucro 	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar a actividade produtiva com a formação dos rendimentos • Explicar o fenómeno da repartição dos rendimentos <ul style="list-style-type: none"> • Descrever o processo de repartição funcional dos rendimentos • Definir salário • Caracterizar as formas de remuneração do capital 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se a revisão dos conteúdos da 1ª e da 3ª unidades lectivas, para que os alunos possam compreender que: <ul style="list-style-type: none"> - a produção gera rendimentos que são distribuídos pelos agentes económicos que contribuíram para a sua obtenção; - a repartição funcional dos rendimentos está relacionada com os factores intervenientes na produção (trabalho e capital).

<p>6.3. A repartição pessoal dos rendimentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Repartição pessoal dos rendimentos • Salário: <ul style="list-style-type: none"> - nominal - real • Leque salarial • Curvas de Lorenz • Rendimento <i>per capita</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir repartição pessoal de repartição funcional dos rendimentos • Verificar as desigualdades da repartição pessoal dos rendimentos • Justificar as desigualdades de salários • Distinguir salário nominal de salário real • Explicar o significado do leque salarial, como indicador da desigualdade de salários • Interpretar as curvas de Lorenz • Referir as limitações das curvas de Lorenz • Explicar as limitações do rendimento <i>per capita</i> como indicador da repartição pessoal dos rendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Para o estudo da repartição pessoal e da redistribuição dos rendimentos os alunos, individualmente ou em grupo, poderão analisar dados fornecidos pelo professor ou, eventualmente, realizar inquéritos a famílias, para determinar as proveniências e os tipos de rendimento que recebem, podendo assim estabelecer a diferença entre repartição e redistribuição dos rendimentos, bem como identificar os objectivos da redistribuição. Poderão também constatar as desigualdades salariais em função dos sexos. • Ainda com base nos dados fornecidos pelo inquérito, poderão calcular o leque salarial referente aos salários das famílias inquiridas. • Igualmente poderá ser identificado o nível de concentração dos rendimentos para o conjunto ou subconjunto das famílias inquiridas, através da representação das curvas de Lorenz.
<p>6.4. A redistribuição dos rendimentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Redistribuição dos rendimentos • Transferências sociais • Quotizações sociais • Impostos directos • Transferências externas • Rendimento pessoal disponível 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar em que consiste a redistribuição dos rendimentos • Dar exemplos de impostos directos • Explicar o papel do Estado na redistribuição dos rendimentos • Referir as componentes do rendimento pessoal disponível 	<ul style="list-style-type: none"> • Ilustrando com exemplos fornecidos pelo professor, os alunos poderão identificar as componentes do rendimento pessoal disponível.
<p>6.5. As desigualdades na repartição dos rendimentos em Portugal e na União Europeia</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a evolução da repartição dos rendimentos em Portugal • Comparar a evolução da repartição dos rendimentos em Portugal com a dos restantes países da União Europeia • Comparar as desigualdades na repartição dos rendimentos em Portugal e nos restantes países da União Europeia (global e por sexos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Será aconselhável a consulta de artigos de imprensa e/ou de dados estatísticos disponíveis na <i>Internet</i> sobre a repartição dos rendimentos referentes à realidade portuguesa e da União Europeia.

UNIDADE 7 – Poupança e investimento

Com esta unidade pretende-se que os alunos compreendam a forma como os agentes económicos utilizam os rendimentos que recebem – consumo e poupança. Dado que o consumo já foi estudado anteriormente, nesta unidade será privilegiado o estudo da poupança, dos seus destinos e da sua importância para a actividade económica quando é aplicada em investimento.

Pretende-se também que os alunos compreendam as formas de financiamento a que os agentes económicos podem recorrer, pois apesar de muitos deles terem capacidade de financiamento – financiamento interno (autofinanciamento) - outros têm que recorrer ao financiamento externo. Relativamente ao financiamento externo, que implica o recurso à poupança na posse de outros agentes económicos - intermediários financeiros - será necessário distinguir o financiamento indirecto do financiamento directo. Assim, relativamente ao financiamento indirecto dever-se-á referir o papel do crédito concedido pelas instituições financeiras. Quanto ao financiamento directo apenas será de fazer uma breve referência ao mercado de títulos.

OBJECTIVOS

- Conhecer os destinos da poupança
- Compreender a importância da formação de capital na economia
- Conhecer as formas de financiamento da actividade económica

Total de horas previstas: 21h (14 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
7. Poupança e investimento 7.1. A utilização dos rendimentos – o consumo e a poupança 7.2. Os destinos da poupança. A importância do investimento	<ul style="list-style-type: none"> • Poupança • Entesouramento • Depósitos • Investimento • Formação de capital: <ul style="list-style-type: none"> - formação bruta de capital fixo (FBCF) - variação de existências 	<ul style="list-style-type: none"> • Referir a utilização dos rendimentos – o consumo e a poupança • Definir poupança • Integrar a variável tempo nas decisões sobre a utilização dos rendimentos • Identificar os destinos da poupança – entesouramento, depósitos e investimento • Definir investimento • Distinguir formação bruta de capital fixo de variação de existências • Explicar a necessidade da formação de capital numa economia 	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos poderão identificar as formas de utilização dos rendimentos recorrendo às suas próprias vivências, constatando as consequências da introdução da variável tempo nas suas decisões - poupar é decidir não consumir neste período, deixando para o futuro. • A partir de exemplos de empresas instaladas no meio local onde os alunos estão inseridos, poder-se-á fazer o levantamento dos diversos tipos de investimento e constatar as suas funções (substituição, inovação e aumento da capacidade produtiva), bem como a

<p>7.3. O financiamento da actividade económica – autofinanciamento e financiamento externo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tipos de investimento: <ul style="list-style-type: none"> - material - imaterial - financeiro • Inovação tecnológica • Investigação e Desenvolvimento – I&D • Capacidade de financiamento • Necessidade de financiamento • Financiamento: <ul style="list-style-type: none"> - interno (auto-financiamento) - externo • Crédito • Taxa de juro • Operações activas e operações passivas 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir os diversos tipos de investimento • Explicar as funções do investimento na actividade económica – substituição, inovação e aumento da capacidade produtiva • Justificar a importância do investimento em inovação tecnológica • Justificar a importância da Investigação e Desenvolvimento na actividade económica • Distinguir financiamento interno de financiamento externo • Indicar as diferentes formas de financiamento externo – indirecto e directo • Reconhecer o crédito bancário como uma forma de financiamento externo indirecto • Definir crédito • Definir taxa de juro • Indicar as principais funções desempenhadas pelos Bancos • Identificar as diferentes formas de crédito • Indicar as funções do crédito • Relacionar o crédito com a criação de moeda • Relacionar as funções do crédito com o crescimento da economia • Definir instituição financeira • Dar exemplos de outras instituições financeiras que concedem crédito: sociedades de locação financeira (<i>leasing</i>), sociedades <i>factoring</i> e sociedades de capital de risco 	<p>interligação destas funções. Também, sendo possível, será de verificar as razões que levaram as empresas a tomar as decisões de investimento e os factores que as condicionaram.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sendo possível a consulta dos valores relativos aos investimentos das empresas, nos últimos anos, poder-se-á relacionar a sua evolução com a inovação tecnológica verificada nas mesmas. • Iguualmente, a partir do exemplo concreto, atrás referido, poder-se-á distinguir o financiamento interno do financiamento externo, bem como as diferentes formas que este último pode assumir, caso existam. • Através de informações recolhidas nos meios de comunicação social, na <i>Internet</i> e/ou em folhetos publicados pelas instituições bancárias poderão ser identificados diferentes tipos de instituições financeiras.
---	--	--	--

<p>7.4. O investimento em Portugal e o investimento português no estrangeiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado de títulos • Investimento interno – público e privado • Investimento directo estrangeiro (IDE) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o mercado de títulos como uma fonte de financiamento externo directo • Distinguir as diversas proveniências do investimento realizado na economia portuguesa: <ul style="list-style-type: none"> - interno (privado e público) - externo • Comparar a evolução do investimento português no estrangeiro com a evolução do investimento estrangeiro em Portugal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dado que se pretende apenas que os alunos tenham conhecimento da existência do mercado de títulos, sugere-se a consulta do <i>site da Internet</i> da Bolsa de Valores de Lisboa para conhecer os seus objectivos • Sugere-se que se analisem dados estatísticos sobre o investimento em Portugal – estrangeiro e nacional (privado e público) – e sobre o investimento português no estrangeiro nos últimos anos por forma a comparar a sua evolução.
--	--	---	---

PROGRAMA DE ECONOMIA A – 11º ANO

O Programa de Economia de 11º ano pretende dar continuidade ao Programa do ano anterior, mantendo a opção por um ensino da Economia no Ensino Secundário, orientado mais no sentido de levar os alunos ao desenvolvimento das suas capacidades e à aquisição de competências que lhes permitam o entendimento da realidade económica do que no de uma mera aprendizagem de conceitos abstractos.

Mantêm-se também os objectivos de levar os alunos à aquisição básica de um adequado aparelho conceptual, motivando-os para o estudo da realidade social, especificamente da sua dimensão económica.

Assim, enquanto no Programa de 10º ano de escolaridade a atenção se centrou nos fundamentos da actividade económica, o Programa de 11º ano situa-se a um nível mais agregado de conceptualização e de análise. De facto, este Programa centra a sua atenção no circuito económico e nos agregados das contas nacionais (**Tema III – A Contabilização da Actividade Económica**) e na **Organização Económica das Sociedades (Tema IV)**, com destaque para a “abertura” ao resto do mundo e para o papel do Estado em termos de políticas económicas e sociais.

A finalizar o Programa de 11º ano, pretende-se que sejam mobilizados os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo dos dois anos de estudo desta disciplina, bem como os resultantes da sua aplicação às realidades portuguesa e europeia, que foi sendo feita em cada unidade lectiva, para, num esforço de síntese, de relação e de globalização de conhecimentos, os alunos reflectirem criticamente sobre a realidade portuguesa actual no contexto da União Europeia. É esse o objectivo didáctico fundamental do ponto 12.4. da última unidade lectiva do programa deste ano.

Para tal, os alunos deverão ser orientados, desde o início do ano, tendo em vista a realização de um trabalho, conforme o especificado no supracitado ponto da referida unidade lectiva. Refira-se ainda que, entre outros recursos, os alunos deverão recorrer ao dossier temático sobre as realidades portuguesa e europeia, que vem sendo organizado desde o 10º ano e enriquecido e actualizado ao longo do 11º ano. Isto porque, naturalmente, permanece o objectivo do ano anterior, de leccionar o Programa partindo sempre das (e em articulação com as) realidades portuguesa e europeia, impondo-se igualmente o recurso privilegiado a metodologias assentes em estratégias sempre activas, bem como à contextualização sistemática dos conteúdos programáticos na realidade conhecida do aluno.

De facto, não é demais salientar a importância da permanente articulação dos conteúdos teóricos com a realidade, em particular das economias portuguesa e da União Europeia, através da sua utilização na ilustração e na aplicação dos conteúdos das várias unidades lectivas. Sempre que seja considerado oportuno, esta articulação com a realidade poderá

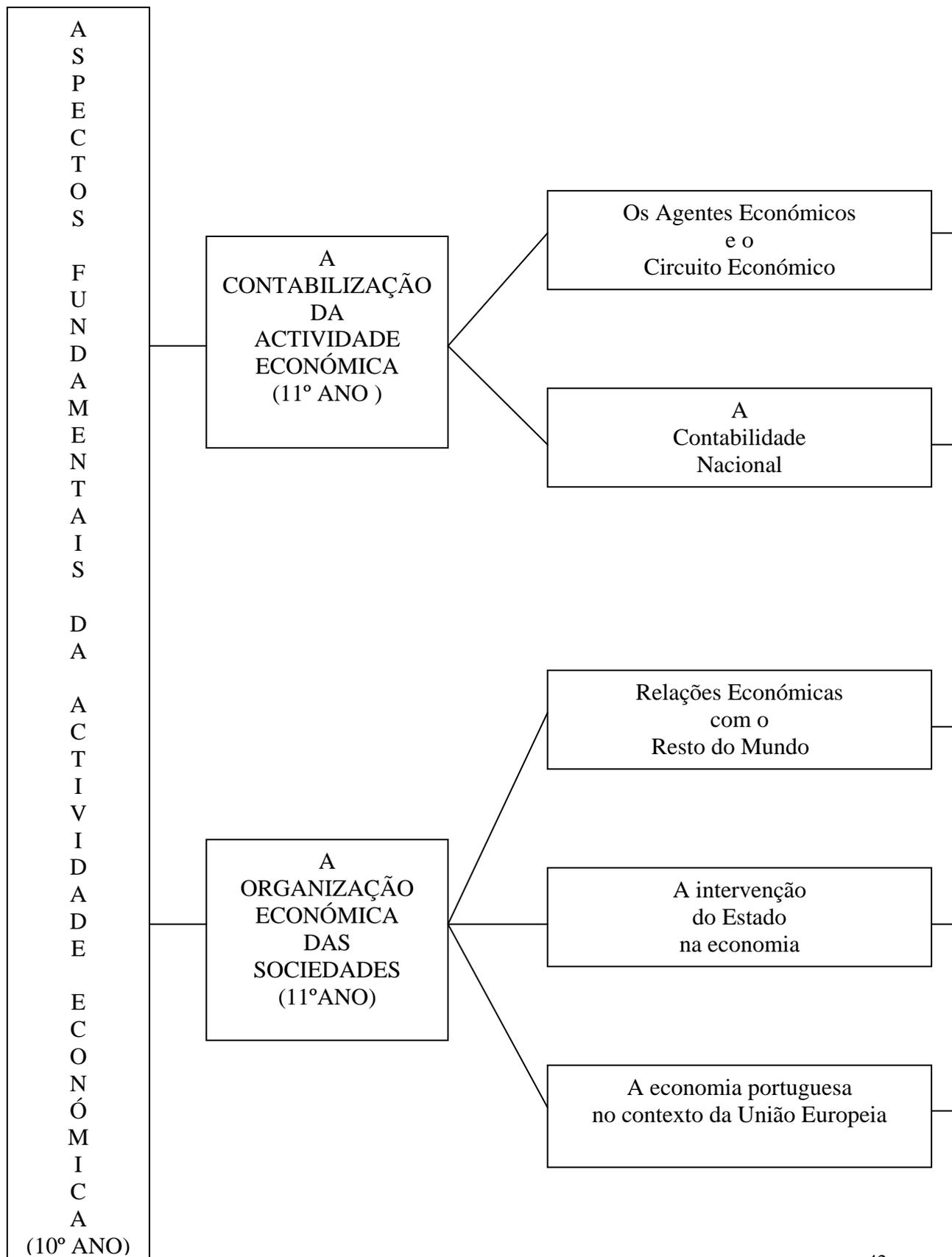
alargar-se ao nível mundial através do recurso à exemplificação dos fenómenos.

Refere-se igualmente a importância da utilização de metodologias que desenvolvam as capacidades e as atitudes referidas nos objectivos da disciplina, nomeadamente a capacidade de pesquisa, selecção e tratamento de informação oportuna e relevante, bem como da sua comunicação / apresentação a outros, quer de forma oral quer escrita. No domínio do “aprender a aprender”, salienta-se a importância do desenvolvimento de competências como as de revisão do próprio raciocínio, de crítica da informação seleccionada e da sua sistematização, bem como de memorização de conteúdos essenciais devidamente compreendidos.

Relativamente à carga horária, considerou-se um total de 99 tempos lectivos, de 90 minutos cada, correspondente a 148,5 horas a decorrerem em 33 semanas.

A atribuição de carga horária a cada conteúdo programático é apenas uma sugestão, que pode ser alterada em função das diversas formas de abordagem do processo de ensino aprendizagem e das actividades desenvolvidas.

ESQUEMA CONCEPTUAL DOS CONTEÚDOS



**LISTAGEM DOS
TEMAS / UNIDADES LECTIVAS**

11º ANO

III – A CONTABILIZAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

8. Os agentes económicos e o circuito económico

- 8.1 O circuito económico
- 8.2 O equilíbrio entre Recursos e Empregos

9. A Contabilidade Nacional

- 9.1. Noção de Contabilidade Nacional
- 9.2. Conceitos necessários à Contabilidade Nacional
- 9.3. Ópticas de cálculo do Valor da Produção
 - 9.3.1 Cálculo do valor da produção pela Óptica do Produto
 - 9.3.2 Cálculo do valor da produção pela Óptica do Rendimento
 - 9.3.3 Cálculo do valor da produção pela Óptica da Despesa
- 9.4 Limitações da Contabilidade Nacional
- 9.5 As Contas Nacionais Portuguesas

IV – A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA DAS SOCIEDADES

10. Relações económicas com o Resto do Mundo

- 10.1. A necessidade e a diversidade de relações internacionais
- 10.2. O registo das relações com o Resto do Mundo – a Balança de Pagamentos
 - 10.2.1 A Balança Corrente
 - 10.2.2 A Balança de Capital
 - 10.2.3 A Balança Financeira
- 10.3. As políticas comerciais e a organização do comércio mundial
- 10.4. As relações de Portugal com a União Europeia e com o Resto do Mundo

11. A intervenção do Estado na economia

- 11.1. Funções e organização do Estado
- 11.2. A intervenção do Estado na actividade económica
 - 11.2.1 Funções económicas e sociais do Estado
 - 11.2.2 Instrumentos de intervenção económica e social do Estado
- 11.3 As políticas económicas e sociais do Estado português

12. A economia portuguesa no contexto da União Europeia

12.1 Noção e formas de integração económica

12.2 O processo de integração na Europa

12.3 Desafios da UE na actualidade

12.4 Portugal no contexto da UE

DESENVOLVIMENTO DOS TEMAS / UNIDADES LECTIVAS

TEMA III – A CONTABILIZAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

UNIDADE LECTIVA 8 - Os Agentes Económicos e o Circuito Económico

Com o desenvolvimento desta unidade pretende-se que os alunos compreendam o funcionamento da actividade económica através das relações que se estabelecem entre os agentes económicos. Assim, a partir do que se estudou na Unidade 1 do 10º ano, poder-se-á rever o conceito de agente económico, bem como as funções e os comportamentos que estão associados a cada um dos diferentes agentes – Famílias, Empresas não Financeiras, Estado (Administrações Públicas), Instituições Financeiras e Resto do Mundo.

Por outro lado, os agentes económicos estabelecem relações entre si que podem ser registadas sob a forma de fluxos - reais e monetários. Deste modo, pretende-se também que os alunos sejam capazes de construir um circuito económico, compreendendo que este constitui uma forma simplificada de representar a actividade económica e reconhecendo, em simultâneo, a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos numa dada economia.

Assim, nesta unidade lectiva pretende-se lançar os fundamentos para a compreensão de conceitos específicos da Contabilidade Nacional, abordados na unidade lectiva seguinte.

OBJECTIVOS:

- Conhecer os diferentes fluxos que se estabelecem entre os agentes económicos
- Compreender a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos numa economia

Total de horas previstas: 9h (6 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
8. Os agentes económicos e o circuito económico			
8.1. O circuito económico	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxos: <ul style="list-style-type: none"> - Reais - Monetários • Circuito económico 	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar os agentes económicos (Famílias, Empresas não Financeiras, Estado, Instituições Financeiras e Resto do Mundo) com as funções por eles desempenhadas • Relacionar as diferentes actividades económicas com as funções exercidas pelos agentes económicos • Distinguir fluxo real de fluxo monetário • Elaborar um circuito económico 	<ul style="list-style-type: none"> • Esta unidade lectiva permite articular alguns conceitos estudados no 10º ano como ponto de partida para o início do 11º ano. Assim, sugere-se a revisão da Unidade 1 do 10º ano de modo a permitir que os alunos identifiquem os principais agentes económicos, bem como as actividades económicas que desempenham (produção, repartição dos rendimentos e utilização dos rendimentos – consumo e poupança). A partir da identificação dos agentes, os alunos poderão reconhecer as várias funções por eles desempenhadas, conseguindo, por esta via, identificar e relacionar as principais actividades económicas. • Recorrendo às suas próprias vivências e ao conhecimento do meio onde se inserem, os alunos poderão verificar que as relações estabelecidas entre os agentes económicos são reais e monetárias e que podem ser representadas num circuito económico, tornando evidente a interdependência entre os agentes económicos. <p>Chama-se a atenção que se pretende que os alunos sejam levados à dedução das relações que compõem o circuito económico, não se pretendendo qualquer exercício de memorização.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Finalmente, os alunos poderão ser separados em grupos de

<p>8.2. O equilíbrio entre recursos e empregos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos • Empregos 	<ul style="list-style-type: none"> • Justificar, a partir do circuito económico, a necessidade de equilíbrio entre Recursos e Empregos numa economia 	<p>trabalho de forma a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cada grupo representar uma função económica; - estabelecerem as relações entre os recursos disponíveis e os empregos; - quantificarem cada uma das relações estabelecidas. <p>Através da interação entre os grupos, no desempenho das suas respectivas funções, os alunos serão levados a concluir sobre a necessidade de equilíbrio entre os recursos e os empregos.</p> <p>A partir desta conclusão, o professor poderá evidenciar a necessidade de existência da Contabilidade Nacional, fazendo a ligação com a unidade lectiva seguinte.</p>
--	--	---	---

UNIDADE LECTIVA 9 – A Contabilidade Nacional

Nesta unidade pretende-se levar os alunos a compreender que as unidades institucionais, residentes ou não residentes num país, estabelecem sistematicamente relações, reais e monetárias, entre elas. Conhecer esta teia de relações e quantificá-las é o objectivo da Contabilidade Nacional.

Partindo do que foi estudado na unidade anterior, pode mostrar-se que a Contabilidade Nacional, como técnica de cálculo que é, regista apenas os valores agregados de operações idênticas, ocorridas durante um certo período de tempo. Como a Contabilidade Nacional não nos fornece somente uma medida básica do desempenho da economia, mas evidencia também as relações entre as três variáveis macro-económicas básicas (Produto, Rendimento e Despesa), pretende-se que os alunos sejam capazes de relacioná-las e de compreender o seu significado.

Finalmente, pretende-se que os alunos compreendam que a Contabilidade Nacional apresenta falhas e insuficiências.

OBJECTIVOS:

- Conhecer os conceitos necessários à Contabilidade Nacional
- Compreender as diferentes perspectivas de cálculo do valor da produção
- Compreender as limitações e insuficiências da Contabilidade Nacional
- Conhecer as Contas Nacionais portuguesas

Total de horas previstas: 30h (20 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
<p>9. A Contabilidade Nacional</p> <p>9.1. Noção de Contabilidade Nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a noção de Contabilidade Nacional • Explicitar os objectivos da Contabilidade Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • No domínio das Contas Nacionais, chama-se a atenção para a necessidade da permanente adequação da sua didáctica à versão mais recente do Sistema de Contas em uso (SEC 95 e eventuais actualizações). • A partir de exemplos retirados da unidade lectiva anterior, poder-se-á levar os alunos a compreender a noção, a importância e os objectivos da Contabilidade Nacional. • Para o estudo deste tema sugere-se: <ul style="list-style-type: none"> - o recurso a dados disponíveis na <i>Internet</i> ou constantes do Relatório do Banco de Portugal ou de outros documentos, de modo a permitir que os alunos constatem a interligação entre os conceitos; - a realização de um trabalho de grupo, orientado pelo professor, em que cada grupo representaria um país, cujas actividades económicas seriam definidas pelos elementos do grupo, assim como as ligações entre as economias desses países. Deste modo, à medida que se vai processando a aprendizagem dos conteúdos, será possível aplicar e consolidar esses conhecimentos, com base no registo e na quantificação das actividades económicas de cada país.

<p>9.2. Conceitos necessários à Contabilidade Nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sectores institucionais: <ul style="list-style-type: none"> - Sociedades - Instituições financeiras - Administrações Públicas - Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF) - Famílias - Resto do Mundo • Território económico • Unidade institucional: <ul style="list-style-type: none"> - Residente - Não residente • Ramo de actividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir sector institucional • Caracterizar os sectores institucionais <ul style="list-style-type: none"> • Explicar o conceito de território económico • Distinguir unidade residente de unidade não residente • Identificar os ramos de actividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Deverá salientar-se que, na perspectiva da Contabilidade Nacional, os agentes económicos são representados por sectores institucionais, podendo estabelecer-se um conjunto de inter-relações entre eles, tal como aconteceu no circuito económico. Chama-se ainda a atenção para a necessidade de se evidenciar a correspondência entre as classificações funcional, adoptada na unidade lectiva anterior, e institucional, adoptada nesta unidade. • Fazendo a Contabilidade Nacional a quantificação do circuito económico, é possível passar do circuito aos agregados (Produto, Rendimento e Despesa). Para a sua explicitação e cálculo são necessários os conceitos referidos. De facto, estes conceitos são necessários ao desenvolvimento dos pontos seguintes desta unidade. Contudo, nada obsta a que os pontos 9.2 e 9.3 sejam reorganizados por quem aplica o programa, em função das opções didácticas tomadas.
<p>9.3. Ópticas de cálculo do valor da produção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ópticas de cálculo: <ul style="list-style-type: none"> - Do Produto - Do Rendimento - Da Despesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Justificar as diferentes perspectivas de cálculo do valor da produção no contexto do equilíbrio entre empregos e recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • No início deste ponto, pretende-se simplesmente dar conhecimento aos alunos de que podem ser seguidos três caminhos diferentes para o cálculo do valor da produção, permitindo-lhes verificar a igualdade entre recursos e empregos. No entanto, deverá chamar-se a atenção dos alunos para o facto de o Instituto Nacional de Estatística privilegiar o cálculo do valor do Produto pela óptica da Despesa.
<p>9.3.1. Cálculo do valor da produção pela Óptica do Produto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Métodos de cálculo do valor do Produto: <ul style="list-style-type: none"> - Dos produtos finais - Dos valores acrescentados • Valor Acrescentado Bruto (VAB) • Consumo Intermédio • Amortização/Consumo de Capital Fixo (CCF) • Produto: 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar em que consiste o problema da múltipla contagem no cálculo do Produto • Distinguir valor da produção de valor do Produto • Distinguir os dois métodos de cálculo do valor do Produto • Explicitar o conceito de VAB • Deduzir o valor do Produto a partir do VAB • Explicitar o conceito de Amortização (CCF) • Diferenciar Produto Líquido de Produto Bruto 	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos poderão ser alertados para as dificuldades que se levantam ao cálculo do valor do Produto e, a partir de exemplos simples, fornecidos pelo professor, poderão calcular este valor utilizando os dois métodos de cálculo. • Os alunos, a partir da consulta de documentos diversos, poderão distinguir os vários tipos de Produto e respectivas componentes, sendo, a partir daí, capazes de deduzir as várias fórmulas de cálculo.

<p>9.3.2. Cálculo do valor da Produção pela Óptica do Rendimento</p> <p>9.3.3. Cálculo do valor da produção pela Óptica da Despesa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Líquido - Bruto • Saldo dos rendimentos do trabalho, da propriedade e da empresa com o Resto do Mundo • Produto: <ul style="list-style-type: none"> - Interno - Nacional • Impostos indirectos • Impostos alfandegários • Subsídios à produção • Produto: <ul style="list-style-type: none"> - A preços correntes - A preços constantes <ul style="list-style-type: none"> • Remunerações do trabalho • Rendimentos de empresas e propriedades • Transferências: <ul style="list-style-type: none"> - Internas - Externas • Rendimento Disponível dos Particulares • Consumo: <ul style="list-style-type: none"> - Privado - Público • Investimento Bruto/Formação Bruta de Capital: <ul style="list-style-type: none"> - Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - Variação de Existências (VE) • Exportações • Importações • Despesa: <ul style="list-style-type: none"> - Interna - Nacional • Procura: <ul style="list-style-type: none"> - Interna - Global 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir Produto Interno de Produto Nacional • Explicitar o conceito de Produto a preços de mercado • Calcular o valor dos diversos tipos de Produto • Distinguir Produto a preços correntes de Produto a preços constantes • Justificar a vantagem do cálculo do Produto a preços constantes <ul style="list-style-type: none"> • Distinguir as várias componentes do Rendimento • Calcular o valor do Rendimento • Identificar as componentes que permitem calcular o Rendimento Disponível dos Particulares <ul style="list-style-type: none"> • Distinguir as várias componentes da Despesa <ul style="list-style-type: none"> • Calcular o valor da Despesa Interna • Distinguir Despesa Interna de Despesa Nacional • Calcular o valor da Despesa Nacional <ul style="list-style-type: none"> • Calcular a Procura Interna • Calcular a Procura Global 	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos, orientados pelo professor e recorrendo a valores da economia portuguesa, poderão analisar a articulação entre os conceitos referentes ao cálculo do valor da produção na óptica do Produto. • Os alunos, organizados em grupos e orientados pelo professor, poderão recorrer a valores estatísticos do nosso país: <ul style="list-style-type: none"> - Identificando os vários tipos de Rendimento e de Despesa; - Deduzindo as fórmulas de cálculo decorrentes destas ópticas; - Interpretando o peso do consumo e da poupança no rendimento disponível dos particulares e analisando as suas repercussões na actividade económica.
--	---	---	---

<p>9.4. Limitações da Contabilidade Nacional</p> <p>9.5. As Contas Nacionais portuguesas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Auto - consumo • Sector informal • Economia subterrânea • Externalidades: <ul style="list-style-type: none"> - Positivas - Negativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar as limitações da Contabilidade Nacional, nomeadamente a dificuldade de quantificar algumas actividades económicas e a indiferença perante a utilização dos recursos e o tipo de produção obtido • Fazer a leitura dos agregados das Contas Nacionais portuguesas e das respectivas componentes 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir do meio em que os alunos se inserem ou recorrendo a documentação dos <i>media</i>, poder-se-ão dar exemplos que permitam aos alunos concluir sobre as falhas e as limitações da Contabilidade Nacional. <p>Os professores devem ainda chamar a atenção dos alunos , para o facto de as informações fornecidas pela Contabilidade Nacional deverem ser complementadas com outros indicadores, tendo em vista uma melhor avaliação do desempenho das economias (<i>vide</i> unidade 12).</p> <ul style="list-style-type: none"> • A partir de dados fornecidos pelo INE, pelo Relatório do Banco de Portugal e/ou outros obtidos na <i>Internet</i> sobre a evolução das Contas Nacionais portuguesas nos últimos anos, os alunos poderão reconhecer os agregados estudados e a sua evolução temporal. A interpretação da evolução dos agregados das contas nacionais e das respectivas componentes será efectuada aquando da realização do trabalho final, previsto na última unidade do programa.
--	--	--	---

TEMA IV – A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA DAS SOCIEDADES

UNIDADE LECTIVA 10 – As relações económicas com o Resto do Mundo

Com o desenvolvimento desta unidade pretende-se que os alunos compreendam que, no mundo actual, as relações económicas que se estabelecem entre países são intensas e diversificadas dado que, cada vez mais, circulam bens, serviços, pessoas, capitais, informação, tecnologia, etc..

Algumas dessas relações económicas podem ser quantificadas e registadas: trocas de bens, de serviços e de capitais. Assim, pretende-se que os alunos compreendam, em termos gerais, a forma de registar essas trocas nos respectivos documentos – balanças – e, em simultâneo, compreendam a importância desse registo enquanto instrumento que permite avaliar a situação económica de um dado país. Essa avaliação pode ser feita para qualquer país através da análise da sua situação cambial, da estrutura das suas importações e das suas exportações, da sua taxa de cobertura, etc..

Finalmente, pretende-se também que os alunos conheçam algumas políticas comerciais e instrumentos que lhes estão associados, bem como organizações que, a nível mundial (Organização Mundial do Comércio – OMC) e regional (UE), têm por objectivo regular as trocas.

OBJECTIVOS :

- Compreender a importância das relações económicas internacionais
- Compreender a forma de contabilizar as relações económicas de um país com o Resto do Mundo
- Analisar as relações económicas de Portugal com o Resto do Mundo, em especial com os outros países da UE

Total de horas previstos: 27h (18 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
<p>10. As relações económicas com o Resto do Mundo</p> <p>10.1 A necessidade e a diversidade de relações internacionais</p> <p>10.2 O registo das relações com o Resto do Mundo – a Balança de Pagamentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio: <ul style="list-style-type: none"> - Interno - Externo • Divisão Internacional do Trabalho (DIT)* • Vantagens comparativas • Migrações* <ul style="list-style-type: none"> • Componentes da Balança de Pagamentos: <ul style="list-style-type: none"> - Balança Corrente - Balança de Capital - Balança Financeira 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicar os diversos tipos de relações internacionais • Justificar a necessidade das relações internacionais • Identificar as componentes da Balança de Pagamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Através de exemplos concretos do quotidiano dos alunos ou recolhidos na comunicação social (sobre migrações, compra e venda de bens ao exterior, deslocalização de empresas, empréstimos, etc.), os alunos poderão compreender a diversidade e a necessidade de relações económicas internacionais e, em simultâneo, identificar esse tipo de relações. • Chama-se a atenção para o facto de a estrutura da Balança de Pagamentos seguir a nova apresentação divulgada pelo Banco de Portugal a partir de Janeiro de 1999, a qual resulta do processo de harmonização estatística exigido pelo Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). • Neste ponto, pretende-se apenas que os alunos, consultando a Balança de Pagamentos portuguesa, distingam as três componentes da Balança de Pagamentos e compreendam, em termos gerais, o seu conteúdo. Somente a Balança Corrente deverá merecer maior aprofundamento, de acordo com os objectivos definidos.

*Conteúdo de Sensibilização

<p>10.2.1. A Balança Corrente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Componentes da Balança Corrente: <ul style="list-style-type: none"> - Mercadorias - Serviços - Rendimentos - Transferências correntes • Importação • Exportação • Divisas • Operações de câmbio • Taxa de câmbio: <ul style="list-style-type: none"> - Fixa* - Flexível* • Desvalorização da moeda • Balança de Mercadorias • Estrutura das importações • Estrutura das exportações • Taxa de cobertura • Balança de Serviços • Balança de Rendimentos • Balança de Transferências Correntes 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as componentes da Balança Corrente • Distinguir importações de exportações • Justificar a necessidade de realizar operações de câmbio • Explicitar o conceito de taxa de câmbio • Relacionar o valor da moeda com a evolução da taxa de câmbio • Calcular o saldo relativo ao comércio internacional de mercadorias • Interpretar o saldo da Balança de Mercadorias • Explicar as consequências das alterações do valor da moeda na Balança de Mercadorias • Referir indicadores do comércio externo de mercadorias (estrutura das importações e das exportações e taxa de cobertura) • Calcular a taxa de cobertura • Interpretar o significado dos indicadores do comércio externo referidos • Identificar as componentes da Balança de Serviços • Identificar as componentes da Balança de Rendimentos • Identificar as componentes das transferências unilaterais correntes (nomeadamente as remessas dos emigrantes) • Calcular o saldo da Balança Corrente • Interpretar o saldo da Balança Corrente 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que na introdução do conceito de taxa de câmbio se recorra a informações veiculadas nos meios de comunicação social e que se chame a atenção para o facto de o Governo português não ter autonomia na fixação da taxa de câmbio, pois a moeda portuguesa é a mesma da de outros países europeus (EURO) . Assim, as operações de câmbio só se realizam com países que não pertencem à zona Euro. • Sugere-se ainda que se recorra a informações sobre a realidade económica portuguesa – Relatórios do Banco de Portugal, <i>Eurostat</i>, INE, <i>sites</i> disponíveis na <i>Internet</i>, etc. – para conhecer as diferentes balanças, as suas componentes e os respectivos saldos. • Também a partir desses dados se poderá avaliar a situação económica portuguesa, utilizando os indicadores estudados – taxa de cobertura, estrutura das importações, das exportações e da Balança de Pagamentos.
-----------------------------------	---	---	---

* Conteúdo de Sensibilização

<p>10.2.2. A Balança de Capital</p> <p>10.2.3. A Balança Financeira</p> <p>10.3. As políticas comerciais e a organização do comércio mundial</p> <p>10.4. As relações de Portugal com a UE e com o Resto do Mundo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Balança de Capital • Balança Financeira • Investimento Directo Estrangeiro (IDE) • Protecçãoismo • Barreiras alfandegárias: <ul style="list-style-type: none"> - Tarifárias - Não tarifárias • <i>Dumping</i> • Livre-cambismo / Comércio livre 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as componentes da Balança de Capital (nomeadamente, as transferências não correntes – transferências da UE para financiamento de infraestruturas) • Identificar as componentes da Balança Financeira (nomeadamente o IDE) • Caracterizar o protecçãoismo • Reconhecer alguns instrumentos utilizados para impedir o comércio livre (barreiras alfandegárias, contingentação, subsídios à exportação e <i>dumping</i>) • Caracterizar o livre-cambismo • Enquadrar a Organização Mundial do Comércio (OMC) no projecto de liberalização do comércio mundial • Indicar os principais objectivos da OMC • Verificar a evolução do comércio externo português – distribuição por produtos e distribuição geográfica • Interpretar os indicadores do comércio externo português • Interpretar a evolução das principais rubricas da Balança de Pagamentos de Portugal • Comparar a evolução da Balança de Pagamentos em Portugal com a dos restantes países da UE 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir de informações recolhidas na <i>Internet</i> (por exemplo, no <i>site</i> da OMC) poder-se-ão constatar as tendências do comércio mundial e o papel das organizações internacionais neste domínio. • Sugere-se que os alunos divididos em grupos e orientados pelo professor: <ul style="list-style-type: none"> - Escolham países da UE e recolham informações sobre a evolução do seu comércio externo e da estrutura da sua Balança de Pagamentos; - Comparem as informações recolhidas com os dados que obtiveram para Portugal; - Debatam as conclusões e desenvolvam competências de argumentação.
---	--	--	--

UNIDADE LECTIVA 11 – A intervenção do Estado na economia

Com o desenvolvimento desta unidade pretende-se que o alunos compreendam a importância do Estado nas sociedades actuais. Com efeito, o Estado para além de garantir a ordem, a justiça e a defesa dos cidadãos, desempenha outros papéis a nível económico e social, nomeadamente produzindo bens e serviços essenciais, participando na distribuição dos rendimentos ou agindo, graças à sua política económica, sobre a inflação, o desemprego, o investimento, as taxas de câmbio, etc. Para intervir na sociedade, o Estado dispõe de um instrumento privilegiado – o Orçamento de Estado.

Pretende-se também que os alunos analisem as políticas económicas e sociais do Estado português, bem como os constrangimentos que lhe são impostos pelo facto de Portugal ser membro da União Europeia (UE).

OBJECTIVOS:

- Compreender o papel do Estado nas sociedades actuais
- Conhecer as principais políticas económicas e sociais do Estado
- Conhecer as políticas económicas e sociais do Estado português

Total de horas previstas: 30h (20 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
<p>11. A intervenção do Estado na economia</p> <p>11.1 Funções e organização do Estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estado* • Funções do Estado*: <ul style="list-style-type: none"> - Legislativa - Executiva - Judicial • Órgãos de soberania* • Sector Público Administrativo*: <ul style="list-style-type: none"> - Administração Central - Administração Local - Segurança Social • Sector Empresarial do Estado*: <ul style="list-style-type: none"> - Empresas públicas - Empresas mistas - Empresas intervencionadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar as funções do Estado • Identificar as esferas de intervenção do Estado – política, económica e social • Caracterizar a estrutura do sector público em Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> • Neste primeiro ponto desta unidade, pretende-se apenas, com carácter meramente informativo, enquadrar as possíveis formas de intervenção do Estado nas esferas económica e social. Assim, através da análise de documentos sobre a realidade portuguesa, nomeadamente a Constituição da República Portuguesa (Revisão de 1997), deverá explicitar-se a organização do Estado português: funções, órgãos de soberania e estrutura do sector público.

* Conteúdo de Sensibilização

<p>11.2. A intervenção do Estado na actividade económica</p> <p>11.2.1. Funções económicas e sociais do Estado</p> <p>11.2.2. Instrumentos de intervenção económica e social do Estado</p> <p>- Orçamento de Estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência • Falhas de mercado: <ul style="list-style-type: none"> - Concorrência imperfeita - Externalidades negativas • Bem público • Equidade • Estabilidade <ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos de intervenção económica e social do Estado: <ul style="list-style-type: none"> - Planeamento (indicativo e imperativo) - Políticas económicas e sociais <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento de Estado • Despesas públicas • Receitas públicas • Impostos: <ul style="list-style-type: none"> - Directos - Indirectos • Saldo orçamental: <ul style="list-style-type: none"> - Défice - <i>Superavit</i> • Dívida pública* 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar as funções económicas e sociais do Estado – garantir a eficiência, a equidade e a estabilidade <ul style="list-style-type: none"> • Referir os instrumentos de intervenção do Estado na esfera económica e social <ul style="list-style-type: none"> • Distinguir planeamento imperativo de planeamento indicativo <ul style="list-style-type: none"> • Distinguir despesas públicas de receitas públicas • Classificar as diferentes fontes de receitas do Estado • Exemplificar as receitas do Estado • Distinguir impostos directos de impostos indirectos • Dar exemplos de impostos directos e indirectos • Exemplificar as despesas do Estado • Explicar o significado do saldo orçamental • Justificar a importância do Orçamento de Estado como instrumento de intervenção económica e social 	<ul style="list-style-type: none"> • Recorrendo também a informações sobre a realidade portuguesa poderão inventariar-se as formas e os instrumentos que o Estado utiliza para intervir na esfera económica e social. <ul style="list-style-type: none"> • Poder-se-ão consultar dados estatísticos relativos ao Orçamento de Estado português por forma a identificar a sua estrutura e as suas componentes bem como analisar a sua evolução e o seu saldo. <p>Os alunos poderão ainda utilizar os orçamentos da escola e/ou da autarquia como documentos reais de análise.</p>
---	--	---	---

* Conteúdo de Sensibilização

<p>- Políticas económicas e sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Afectação de recursos • Regulação da actividade económica • Redistribuição dos rendimentos • Política económica • Políticas: <ul style="list-style-type: none"> - Conjuntural - Estrutural • Políticas económicas e sociais: <ul style="list-style-type: none"> - Fiscal - Orçamental - Monetária - De preços - De combate ao desemprego - De redistribuição dos rendimentos - Sectoriais (agrícola e industrial)* - Do ambiente* • Protecção social 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as políticas económicas e sociais como instrumentos de intervenção do Estado na esfera económica e social • Apresentar os objectivos das políticas económicas e sociais do Estado • Explicar em que consiste a política económica do Estado • Distinguir políticas conjunturais de políticas estruturais • Referir instrumentos de política económica utilizados por cada uma das políticas mencionadas • Referir medidas das políticas sociais, nomeadamente, as despesas com a educação, com a saúde e com a segurança social (por exemplo, o subsídio de desemprego e o rendimento mínimo garantido) • Expor as diferentes formas de redistribuição dos rendimentos levadas a cabo pelo Estado 	<ul style="list-style-type: none"> • Através de exemplos concretos do quotidiano dos alunos ou de elementos recolhidos na comunicação social poder-se-á reconhecer a diversidade das políticas económicas e sociais do Estado, bem como os respectivos objectivos. • Sugere-se que na introdução deste tema se revejam os conteúdos da Unidade 6 do 10º ano desta disciplina, onde se estudaram as formas de redistribuição dos rendimentos. Para além disso, poder-se-ão consultar dados estatísticos sobre a realidade portuguesa (por exemplo, o Orçamento da Segurança Social) e/ou artigos dos meios de comunicação social (rendimento mínimo garantido, por exemplo), tendo em vista analisar as políticas de redistribuição dos rendimentos. • Poder-se-á, recorrendo a um jogo de papéis, simular a discussão e a aprovação de um Orçamento de Estado, num suposto país, em que os diferentes grupos de alunos poderão representar os papéis de: <ul style="list-style-type: none"> - Membros do Governo; - Membros dos diferentes partidos ; - Presidente e vice-presidentes da Assembleia da República (moderadores). Desta forma, poder-se-ão identificar os diferentes objectivos das políticas adoptadas pelo referido Governo e ponderar as opções tomadas.
---	--	---	---

* Conteúdo de Sensibilização

<p>11.3. As políticas económicas e sociais do Estado português</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os objectivos das políticas económicas e sociais do Estado português, nomeadamente, as de combate ao desemprego, de redistribuição dos rendimentos, orçamental e fiscal • Indicar os constrangimentos às políticas económicas e sociais decorrentes do facto de Portugal ser membro da UE 	<ul style="list-style-type: none"> • Através da discussão, os alunos, mobilizando os conhecimentos adquiridos nesta unidade, poderão desenvolver a sua capacidade de argumentação, criticando ou justificando as políticas seguidas, tendo como referência as despesas e as receitas orçamentais. • Sugere-se que se recorra a informações sobre a realidade portuguesa, nos meios de comunicação social e em Relatórios do Banco de Portugal, <i>Eurostat</i>, INE, etc., para identificar os objectivos das diferentes políticas económicas e sociais levadas a cabo pelo Estado português.
--	--	--	---

UNIDADE LECTIVA 12 – A economia portuguesa no contexto da União Europeia

Nesta unidade pretende-se que os alunos reconheçam que, no mundo actual, as relações económicas internacionais constituem um dos principais suportes da economia de qualquer país, nomeadamente através de diferentes formas de integração formal. Conhecer esses processos de integração económica e as várias formas que assumem, reveste-se de especial interesse. Considera-se portanto relevante apresentar, embora de forma muito sucinta, formas de integração económica em diferentes áreas geográficas.

Naturalmente, será dedicado mais tempo ao estudo da União Europeia, não só por ser a forma mais evoluída de integração, mas também por Portugal dela fazer parte.

Finalmente, evidencia-se o objectivo fundamental desta unidade – a elaboração, pelos alunos, de um trabalho sobre a economia portuguesa na actualidade, que constituirá simultaneamente uma aplicação e um aprofundamento dos conhecimentos adquiridos ao longo dos 10º e 11º anos.

OBJECTIVOS:

- Conhecer diversas formas de integração económica
- Compreender em que consiste a União Económica e Monetária (UEM)
- Conhecer desafios que se colocam à União Europeia na actualidade
- Analisar a actual situação da economia portuguesa no contexto europeu

Total de horas previstas: 52,5h (35 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
<p>12. A economia portuguesa no contexto da União Europeia</p> <p>12.1. Noção e formas de integração económica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Integração económica formal e informal • Sistema de Preferências Aduaneiras • Zona de Comércio Livre • União Aduaneira • Mercado Comum • União Económica • Blocos económicos de integração regional* • Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)* 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar o conceito de integração económica • Distinguir as diversas formas de integração económica • Apresentar vantagens decorrentes da integração económica • Dar exemplos de formas de integração económica em diferentes áreas geográficas • Enquadrar historicamente o surgimento das comunidades europeias 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que os alunos, individualmente ou em grupo, recolham informações sobre as diversas formas de integração económica, por forma a: <ul style="list-style-type: none"> - caracterizar cada uma delas e criar uma ordenação entre os diversos graus de integração; - exemplificar cada uma dessas formas de integração localizando-as no espaço geográfico (UE – Europa, NAFTA – América do Norte, MERCOSUL – América do Sul, ASEAN / AFTA – Ásia e PTA – África, e outras que, eventualmente, se venham a justificar). • Neste ponto não se pretende uma análise exaustiva das etapas de evolução da UE, apenas interessando fazer uma breve referência às suas fases; a ênfase

* Conteúdo de Sensibilização

<p>12.2. O processo de integração na Europa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Europeia de Energia Atómica*(EURATOM) • Comunidade Económica Europeia (CEE) • Mercado Único Europeu • União Europeia (UE) • União Económica e Monetária (UEM) • Euro • Banco Central Europeu • Zona Euro • Convergência nominal 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as principais etapas do processo de construção da UE • Caracterizar o Mercado Único • Explicar em que consiste a UEM • Referir os objectivos da UEM • Justificar a necessidade dos critérios de convergência nominal exigidos pela criação da UEM • Relacionar o Mercado Único Europeu com a criação da UEM 	<p>deverá ser colocada nos seus objectivos após a criação da UEM. Assim, sugere-se que se recorra aos conhecimentos leccionados noutras disciplinas e nas unidades anteriores desta disciplina para enquadrar o tema.</p>
<p>12.3. Desafios da EU na actualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições comunitárias* • Reforma das instituições: <ul style="list-style-type: none"> - Operacionalidade - Democraticidade • Reorientação dos fundos • Orçamento comunitário* • Receitas do orçamento* • Despesas do orçamento* • Fundos Estruturais:* <ul style="list-style-type: none"> - FSE - FEDER - FEOGA - IFOP • Fundo de Coesão • Políticas comunitárias* • Reajustamento das políticas • Coesão Económica e Social • Convergência real 	<ul style="list-style-type: none"> • Referir desafios da UE resultantes, nomeadamente, de novos alargamentos, do aprofundamento e da necessidade de afirmação externa da UE • Identificar os desafios para a UE decorrentes de novos alargamentos • Justificar a necessidade da reforma das instituições da UE (nomeadamente, o Conselho de Ministros, a Comissão e o Parlamento Europeu) em consequência do aumento do número dos seus membros • Explicar a necessidade de reorientação dos fundos comunitários em consequência da entrada de novos membros na UE • Referir a necessidade de reformular as políticas comunitárias face a um maior aprofundamento da UE • Explicar a importância do princípio da coesão económica e social • Relacionar convergência real com coesão económica e social • Evidenciar as consequências do alargamento e do aprofundamento da integração europeia na afirmação externa da UE face a outros blocos económicos regionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos poderão recolher informações, por exemplo, no <i>site da Internet</i> do Centro Jacques Delors, tendo em vista organizar o dossier temático, sobre: <ul style="list-style-type: none"> - O funcionamento das instituições comunitárias ; - As políticas comunitárias; - Os fundos estruturais; - A composição do orçamento comunitário e a repartição dos fundos comunitários pelos países membros; - A reforma das instituições da UE; - As reformulações das políticas comunitárias. - A reorientação dos fundos comunitários.

<p>12.4. Portugal no contexto da UE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura da população: estrutura etária da população, movimentos migratórios e população activa (emprego e desemprego) • Estrutura da produção: evolução do valor do produto, estrutura sectorial da produção • Estrutura da Despesa Nacional: Consumo e Investimento • Relações económicas com o exterior • Recursos humanos: educação e formação profissional, investigação e desenvolvimento • Competitividade das empresas: investimento e produtividade • Nível de vida e justiça social: repartição dos rendimentos, poder de compra, estrutura do consumo, inflação e equipamentos sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar conhecimentos, anteriormente adquiridos, sobre a realidade portuguesa • Analisar a economia portuguesa na actualidade • Comparar os principais indicadores de desempenho da economia portuguesa com os indicadores da economia da UE • Equacionar problemas e desafios que se colocam à economia portuguesa no futuro próximo (nomeadamente, o ritmo de convergência real e as consequências de novos alargamentos) 	<p>Com base na análise da informação recolhida, os alunos concluirão sobre as consequências do alargamento e do aprofundamento da integração europeia na afirmação externa da UE face a outros blocos económicos regionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Este conteúdo do programa terá como objectivo a análise da situação da economia portuguesa no último decénio, numa perspectiva globalizante, enquadrando-a, comparativamente, no contexto europeu. Pretende-se igualmente que os alunos tomem consciência dos desafios colocados à economia portuguesa no futuro próximo. • O professor deverá orientar os alunos num trabalho de grupo sobre a situação da economia portuguesa no contexto europeu, que poderá começar a ser realizado desde o início do ano lectivo, tendo por finalidade aplicar, aprofundar e relacionar os conhecimentos adquiridos pelos alunos ao longo dos 10º e 11º anos. Assim, o docente deverá discutir com os alunos as regras do processo de trabalho e de avaliação do mesmo, organizar a turma em grupos e orientar/esclarecer os alunos na escolha do tema/sub-tema a ser trabalhado por cada grupo. • Aos alunos deverá ser fornecido um guião do trabalho a realizar, bem como serem especificados os critérios de avaliação que serão utilizados (auto e hetero-avaliação). <p>Deste modo, a partir da organização da turma em grupos, a recolha, selecção, sistematização e tratamento da informação sobre Portugal e a UE deverá incidir sobre os diferentes domínios referidos na coluna dos conceitos.</p> <p>Como recurso, os alunos deverão utilizar, entre outros, o dossier temático referente à economia portuguesa, devidamente actualizado, que vem sendo organizado desde o 10º ano.</p> <p>A partir da caracterização da situação portuguesa, haverá que estabelecer as comparações necessárias para concluir sobre a convergência real da economia portuguesa com a da União Europeia.</p> <p>Cada grupo fará uma comunicação à turma do trabalho realizado, seguida de debate e de sistematização de conclusões orientados pelo professor.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Este trabalho servirá de base para um debate final,
---	--	--	---

			<p>organizado pelos alunos e orientado pelo professor, em que se discutirão os principais desafios que se levantam à economia portuguesa no futuro próximo. Eventualmente, este debate poderá ser aberto à comunidade educativa e contar com a participação de especialistas nos domínios em discussão focando-se, nomeadamente, as implicações para a economia portuguesa do alargamento ou do aprofundamento da UE.</p>
--	--	--	---

4ª PARTE – BIBLIOGRAFIA E OUTROS RECURSOS

BIBLIOGRAFIA

1) LIVROS

- Baptista, A. F. (dir.) (2000). *Guia do Mundo 2000 – 2001*. Lisboa: Trinova Editora. Informações sobre todos os países e territórios não autónomos do mundo, bem como sobre as organizações económicas internacionais. É acompanhado por uma base de dados em CD-Rom. Para professores e alunos.
- Barreto, A. (1996). *Tempo de Mudança*. Lisboa: Relógio D'Água Editores. Tem particular interesse o capítulo que analisa a mudança social em Portugal, dos anos 60 aos anos 90. Para professores.
- Barreto, A. (1996 e 2000). *A Situação Social em Portugal, 1960 – 1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Analisa a evolução da sociedade portuguesa, revestindo-se de maior interesse os indicadores da evolução social, o panorama da economia portuguesa de 60 a 95 e as políticas sociais. Para professores.
- Bélanger, M. (1999). *Instituições Económicas Internacionais*. Lisboa: Instituto Piaget. Analisa as principais instituições económicas internacionais, bem como a mundialização económica actual e os seus limites. Para professores.
- Belletante, B. (1997). *Dicionário da Bolsa e dos Mercados*. Lisboa: Plátano Editora. Facilita a aprendizagem que exige o domínio de vocabulário específico sobre a Bolsa e os Mercados. Livro útil para os alunos.
- Capul, J. e Garnier, O. (1998). *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*. Lisboa: Plátano Editora. Facilita a aprendizagem que exige o domínio de vocabulário específico no domínio da Economia e das Ciências Sociais. Livro útil para os alunos.
- Covas, A. (1997). *A União Europeia*. Oeiras: Celta Editora. Análise de alguns problemas de ordem económica, social e política colocados à União Europeia no início do século XXI. Para professores.
- Dunnett, A. (1990). *Para Compreender a Economia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Livro que aborda vários temas de modo a facilitar a compreensão e análise de questões económicas importantes. Útil para consulta de professores.
- Fonseca, F. (1990). *Sistema Financeiro Português*. Lisboa: Instituto de Formação Bancária. Livro de iniciação onde são abordados, de forma acessível, os mecanismos que constituem o sistema financeiro português. Útil para consulta de professores.

- Fontaine, P. (1998). *A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva.
Livro introdutório, muito acessível aos alunos, que lhes permite compreender as sucessivas etapas de construção da União Europeia .
- Francisco, I. G. (1990). *Compreender a Contabilidade Nacional*. Lisboa: Banco de Fomento e Exterior.
Livro muito completo sobre o tema que permite a compreensão da terminologia específica da Contabilidade Nacional. Útil para professores.
- Frank, R. H. (1995). *Microeconomia e Comportamento*. Lisboa: McGraw-Hill.
Livro sobre a análise do comportamento dos consumidores, das empresas e dos mercados. Leitura apenas para professores.
- Henriques, M. *et al.* (1999). *Educação para a Cidadania*. Lisboa: Plátano Editora.
Muito útil para estudantes. Contém actividades que podem ser desenvolvidas na sala de aula.
- Lopes, J. (1996). *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva.
Analisa a evolução da economia portuguesa, dos anos 60 aos anos 90. Para professores.
- Loureiro, J. (1999). *EURO - Análise Macroeconómica*. Lisboa: Vida Económica.
Livro que apresenta a evolução da integração europeia, o surgimento do Sistema Monetário Europeu e a construção da União Económica Monetária. Recomendado a professores.
- Mankiw, N. G. (1998). *Principles of Macroeconomics*. Harvard: Harvard University -The Dryden Press.
Livro que aborda vários temas de Economia, contendo diversos estudos de caso. Útil para professores.
- Marques, W. (1998). *Moeda e Instituições Financeiras*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
Livro que apresenta a evolução e funções da moeda e a organização do Sistema financeiro português. Útil para professores.
- Mata, E. e Valério, N. (1993). *História Económica de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
Perspectiva global da história económica portuguesa. Útil para consulta de professores.
- Mateus, A. (1999). *Economia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo.
Analisa o crescimento da economia portuguesa, no contexto internacional, entre 1910 e 1998. Para professores.
- Mateus, A. *et al.* (1995). *Portugal XXI - Cenários de Desenvolvimento*. Venda Nova: Bertrand Editora.
Estudo prospectivo sobre Portugal, a Europa e o Mundo. Para professores.
- Medeiros, E. R. (1998). *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
Manual universitário que aborda a constituição de alguns blocos regionais . Útil para professores.
- Medeiros, E. R. (2000). *Economia Internacional (6ª Ed.)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
Manual universitário que procura mostrar que, apesar da Economia Internacional ser um ramo da Ciência Económica, difere desta quanto à mobilidade de factores, os mercados, movimentos de capitais, entre outros aspectos. Livro de consulta para professores.

- Moura, F. P. (1978). *Lições de Economia*. Coimbra: Livraria Almedina.
Manual universitário de introdução à Economia que aborda vários temas de modo a facilitar a compreensão e análise de conceitos e questões económicas importantes. Livro de consulta para professores.
- Murteira, M. (1993). *A Economia em Vinte e Quatro Lições*. Lisboa: Editorial Presença.
Livro de iniciação a temas económicos onde procura traduzir de forma bastante acessível conceitos e problemas económicos. Alguns capítulos podem ser consultados pelos alunos, sob orientação do professor.
- Neves, J. C. (1998). *Introdução à Economia*. Lisboa: Editorial Verbo.
Manual universitário que aborda vários temas de modo a facilitar a compreensão e análise de conceitos e questões económicas importantes. Livro de consulta para professores.
- Neves, J. C. (1997). *Princípios de Economia Política*. Lisboa: Editorial Verbo.
Livro que aborda temas introdutórios no âmbito da Economia Política de forma acessível aos alunos.
- Nunes, M. J. (1993). *De Roma a Maastricht*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
Apresentação sumária da evolução do ideal europeu e dos principais passos na construção da União Europeia. Acessível a alunos.
- Pinto, A. M. (1999). *Política Económica*. Cascais: Instituto de Gestão Bancária e Principia.
Livro que aborda o tema da Política Económica e as alterações nela provocadas pela participação de Portugal na 3ª fase da UEM. Muito útil a professores.
- Rainelli, M. (1998). *A Organização Mundial do Comércio*. Lisboa: Terramar.
Faz um balanço dos trabalhos realizados pelo GATT, desde a sua origem, e uma avaliação da Organização Mundial de Comércio que lhe sucedeu em 1995. Para professores.
- Rebordão, M. (1994). *A Construção Europeia*. Porto: Areal Editores.
Livro introdutório, muito acessível aos alunos, que lhes permite compreender as sucessivas etapas de construção da União Europeia.
- Reizinho, E. J. C. (s. d.). *Introdução à Economia*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
Livro de iniciação à Ciência Económica que permite compreender de forma simples os conceitos e problemas económicos. Útil aos alunos.
- Rossetti, J. P. (2000). *Introdução à Economia*. S. Paulo: Editora Atlas SA.
Manual universitário que aborda vários temas de modo a facilitar a compreensão e análise de conceitos e questões económicas importantes. Livro de consulta para professores.
- Rousseau, J. A. (1997). *Manual de Distribuição*. Lisboa: Exame / Abril - Controljornal.
Livro que aborda o conceito de distribuição e a sua evolução nos últimos anos, apresentando vários casos práticos. Interessante para alunos e professores.
- Samuelson e Nordhaus (1998). *Economia*. Lisboa: McGraw-Hill.
Manual universitário de introdução à Economia que aborda vários temas de modo a facilitar a compreensão e análise de conceitos e questões económicas importantes. Livro de consulta para professores.

- Schor, A. (1996). *EURO - o que é a moeda única?*. Lisboa: Publicações D. Quixote. Faz uma apresentação da moeda única europeia e das vantagens e desvantagens da sua adopção. Pode ser consultado por alunos, sob a orientação do professor.
- Sousa, A. (1990). *Análise Económica*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia.
Manual universitário de introdução à Economia que procura mostrar de forma simples, mas com o necessário rigor científico, conceitos e mecanismos económicos. Livro de consulta para professores.
- Ucha, I. e Sande, P. (1997). *Como Viver com o Euro*. Lisboa: Principia.
Este livro pretende ser um instrumento de esclarecimento e de adaptação à nova moeda. Útil para professores.
- Wemans, L. (coord.). (1999). *Aprendizagem Activa: Jogar Economia* in Franco, A. J. (org.) *Experiências Inovadoras no Ensino: Inovação Pedagógica*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
Muito útil para utilização de professores, contendo sugestões de estratégias de sala de aula.
- Williams, A. M. (1991). *A Comunidade Europeia*. Oeiras: Celta Editora.
Analisa as etapas da construção europeia, muito útil para os professores.

2) PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- Banco de Portugal (anual). *Relatório do Conselho de Administração*. Lisboa: Banco de Portugal.
Relatório anual. Contém uma análise da situação económica mundial e portuguesa. Para professores.
- Brown, L. R. *et al.* (anual). *State of the World*. New York: W. W. Norton & Company.
Relatório anual do Worldwatch Institute sobre a situação mundial, tendo em vista um futuro sustentável. Para professores.
- Cordellier, S. e Didiot, B. (dir.) (anual). *L'État du Monde*. Paris: Éditions La Découverte & Syros.
Anuário económico e geopolítico mundial. Para professores e alunos que dominem a língua francesa.
- *Janus – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: UAL e Público.
Publicação anual que aborda problemas de carácter político, económico e social, a nível nacional e internacional. Útil para professores.
- Montbrial, J. (dir) (anual). *Raport Annuel sur le Système Économique et les Stratégies*. Paris: Dunot
Livro que aborda vários problemas económico-sociais que se colocam na entrada do século XXI.
- Ordem dos Economistas Portugueses (anual). *O Economista*. Lisboa: Polimeios e Ordem dos Economistas Portugueses.
Anuário da economia portuguesa onde os principais problemas da actualidade económica e social são tratados por autoridades nacionais nas diferentes matérias abordadas. Para professores.
- PNUD (anual). *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Trinova Editora.
Publicação anual onde é apresentado, desde 1990, o IDH. O Relatório de 2000 tem por tema “Os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Humano”. Para professores e alunos.

OUTROS RECURSOS – Sites nacionais e internacionais

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – www.unchr.ch
AMI – Fundação de Assistência Médica Internacional – www.portugalnet.pt/ami
Amnistia Internacional – www.amnesty.org
Amnistia Internacional (Secção Portuguesa) – www.amnistia-internacional.pt
APEC – www.apecsec.org.sg
ASEAN – www.aseansec.org
Banco Mundial – www.worldbank.org
Banco de Portugal – www.bportugal.pt
Bolsa de Valores de Lisboa – www.bvl.pt
Centro de Informação Europeia Jacques Delors – www.cijdelors.pt
Centro Norte-Sul do Conselho da Europa – www.nscentre.org
Comissão Europeia (Representação em Portugal) – www.euroinfo.ce.pt
Conselho da Europa – www.coe.int
CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres – www.cidm.pt
DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – www.deco.proteste.pt
Direcção Geral do Ambiente – www.dga.min-amb.pt
Europa (Servidor da União Europeia) – www.europa.eu.int
Eurostat – www.europa.eu.int/comm/eurostat/index.html
FMI – www.imf.org
Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria Geral da República – www.gddc.pt
Greenpeace International – www.greenpeace.org
Informação ao Cidadão Português (Infocid) – www.infocid.pt
Instituto Nacional de Estatística – www.ine.pt
ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão – www.iseg.utl.pt (Ver em Disciplinas on-line, Econ. Aplicada I)
MERCOSUL – www.rav.eu.uw/mercosur
Ministério da Economia – www.min-economia.pt
Ministério das Finanças – www.min-financas.pt
NAFTA – www.nafta.net
OCDE – www.oecd.org
OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento – www.oikos.pt
OMC – www.wto.org
ONU – www.un.org e www.unsyst.org
ONU (Gabinete em Portugal) – www.onuportugal.pt
OPEP – www.opec.org
Ordem dos Economistas – www.ordemeconomistas.pt
Parlamento Europeu (Gabinete em Portugal) – www.parleurop.pt
PNUD (Desenvolvimento) – www.undp.org
Presidência do Conselho de Ministros – www.pcm.gov.pt
Provedoria de Justiça – www.provedor-jus.pt
UNCTAD (Comércio e Desenvolvimento) – www.unicc.org/unctad
UNEP (Ambiente) – www.unep.org
UNFPA (População) – www.unfpa.org

Agradecemos à Dra. Carolina Negreiros e ao Dr. Pedro Pita Barros pelos esclarecimentos prestados e todo o apoio que manifestaram, na elaboração deste programa.

Consultores:

- Dra. Manuela Leandro (Escola Secundária Jaime Cortesão)
- Mestre Margarida Miranda (Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal)
- Professor Doutor João Alberto de Sousa Andrade (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor José Pereirinha (Instituto Superior de Economia e Gestão)